

IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 454 - Ano XIV - 15/09/2014

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (online)



UNISINOS



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



JESUITAS

A economia e o paradoxo da felicidade



Foto: Doug88888/Flickr-Creative Commons

Hervé Kempf:

O sistema oligárquico que está nos levando à destruição

Castor Ruiz:

A dívida como dispositivo biopolítico de governo da vida

John Ralston:

A superação da globalização e do crescimento

EMAIS

Stefano Zamagni:

O desenvolvimento da economia civil

Ivan Izquierdo:

“A vida é uma sequência de memórias”

Nísia Martins do Rosário:

As implicações do capitalismo tardio na reconfiguração do humano

A economia e o paradoxo da felicidade

A colonização do econômico, e neste do setor financeiro, sobre todas as dimensões da vida humana é que faz emergir a pergunta pela felicidade. O Paradoxo da Felicidade evidencia que não há uma relação direta entre o enriquecimento de um País e a felicidade de seu povo. Ou seja, erigir o Produto Interno Bruto – PIB – como categoria e critério de uma política econômica é um engano. Uma economia que está a serviço da sociedade e da pessoa humana, e não o contrário, exige outras categorias e critérios que levem em conta a felicidade dos seres humanos.

Na discussão do tema central da revista IHU On-Line desta semana, participam professores e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Castor Bartolomé Ruiz, professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos, reflete sobre a lógica sacrificial em Agamben e, especialmente, em Benjamin para propor a dívida e a culpa como dispositivos biopolíticos de governo da vida pelo Capital.

Hervé Kempf, jornalista e ensaísta francês, alega que mais do que em uma democracia ou mesmo uma ditadura, vivemos atualmente em uma oligarquia bancária, cuja defesa das potências financeiras tende a nos encaminhar à própria destruição.

John Ralston Saul, ensaísta e filósofo canadense, afirma que precisamos dar atenção a uma distribuição mais interessante dos bens e a uma passagem gradativa da produção em massa para a produção com qualidade, capaz de gerar mais empregos e com melhor qualificação.

Cláudio Oliveira da Silva, professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal Fluminense – UFF, propõe, a partir de Agamben, que a ideia de estado mínimo e da mão invisível do mercado estariam relacionadas com a decadência da dimensão política – que se torna subjugada à economia. Isso leva a uma animalização do humano, implicando no que o filósofo chama de zoopolítica.

Richard Easterlin, criador do Paradoxo da Felicidade, argumenta que o Produto Interno Bruto de um País mensura somente bens ou mercadorias, sem levar em conta critérios “não materiais” como família, vida e saúde.

Por fim, o artigo de **Stefano Zamagni**, professor da Universidade de Bolonha, Itália, e vice-diretor da sede italiana da *Johns Hopkins University*, defende as bases para uma Economia Civil fundamentada não mais na “dicotomia público-privado” (Estado e mercado), mas na “tricotomia público, privado e civil” – organizações e corpos sociais intermediários.

Três entrevistas completam a edição. **Ivan Izquierdo**, professor de Medicina e coordenador do Centro de Memória da Pontifícia Universidade Católica – PUCRS, descreve a importância da memória para a vida humana e os modos como esta é impactada pela tecnologia.

Nísia Martins do Rosário, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, reflete sobre as representações do corpo nas audiovisualidades. Para ela, o imaginário do corpo na contemporaneidade é dirigido pelo capitalismo tardio, que aplica a regra da liberação do fluxo do desejo para atingir o consumo.

José Roque Junges, professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, comenta o livro *A Política da própria Vida: Biomedicina, Poder e Subjetividade no Século XXI* de Nikolas Rose. O livro será apresentado e comentado pelo professor da Unisinos no dia 23 de setembro. **Nikolas Rose** é um dos conferencistas que participará do *XIV Simpósio Internacional IHU: Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnologia contemporânea*, nos dias 21 a 23 de outubro.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



Instituto Humanitas
Unisinos

UNISINOS

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.

E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista
semanal do Instituto
Humanitas Unisinos – IHU
ISSN 1981-8769.

IHU On-Line pode ser
acessada às segundas-feiras,
no site www.ihu.unisinos.br.

Sua versão impressa circula em
terças-feiras, a partir das 8h,
na Unisinos.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio
Neutzling (inacio@unisinos.br).

Redação: Inácio Neutzling,
Andriolli Costa MTB 896/MS
(andriollicb@unisinos.br),
Márcia Junges MTB 9447
(mjunges@unisinos.br),

Patrícia Fachin MTB 13.062
(prfachin@unisinos.br) e
Ricardo Machado MTB 15.598
(ricardom@unisinos.br).

Revisão: Carla Bigliardi

Colaboração: César Sanson,
André Langer e Darli Sampaio,
do Centro de Pesquisa e Apoio
aos Trabalhadores – CEPAT, de
Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência
Experimental de Comunicação
da Unisinos – Agexcom.
Editoração: Rafael Tarcísio
Forneck

Atualização diária do site:
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,
Fernando Dupont, Suélen
Farias, Julian Kober, Nahiene
Machado e Larissa Tassinari

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Hervé Kempf** – O sistema oligárquico que leva à destruição
- 8 **John Ralston Saul** – A superação da globalização e do crescimento
- 12 **Richard Easterlin** – O aumento dos bens ou mercadorias e o crescimento das “necessidades”
- 14 **Stefano Zamagni** – O desenvolvimento da economia civil. Por um estado social subsidiário
- 18 **Castor Bartolomé Ruiz** – A dívida como dispositivo biopolítico de governo da vida humana
- 25 **Cláudio Oliveira** – O domínio avassalador da economia sobre a política
- 29 **Baú da IHU On-Line**

DESTAQUES DA SEMANA

- 31 **Destaques On-Line**
- 33 **Entrevista da Semana – Ivan Izquierdo** – “A vida é uma sequência de memórias”
- 36 **Entrevista da Semana – Nísia Martins do Rosário** – Corpo audiovisual – As implicações do capitalismo tardio na reconfiguração do humano

IHU EM REVISTA

- 43 **José Roque Junges** – A vida nas interfaces das mutações tecnocientíficas e suas repercussões sobre a subjetividade
- 46 **Publicação em Destaque** – Cadernos IHU ideias: Foucault e a Universidade: entre o governo dos outros e o governo de si mesmo
- 47 **Retrovisor**



twitter.com/_ihu



<http://bit.ly/ihuon>



www.ihu.unisinos.br



youtube.com/ihucomunica

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

O sistema oligárquico que leva à destruição

“O que está em jogo é a existência de uma sociedade humana estável e pacífica, que garanta a cada ser humano uma existência digna. Este estado tem sua existência gravemente afetada pela crise ecológica, que ameaça a biosfera, e pela amplitude das desigualdades, que geram uma guerra civil mundial”, aponta Hervé Kempf

POR MÁRCIA JUNGES E LUCIANO GALLAS / TRADUÇÃO: VANISE DRESCH

“**N**ão estamos nem na ditadura, nem na democracia. O sistema em que vivemos tem um nome: oligarquia. Uma casta defende os interesses das potências financeiras, que exercem uma influência desmedida na vida política, notadamente graças às mídias de massa e aos *lobbies*. No sistema oligárquico, a casta dos dirigentes reúne os poderes econômico, político e midiático. Este sistema visa manter os privilégios dos ricos, desprezando as urgências sociais e econômicas”, constata Hervé Kempf na entrevista que segue, concedida por e-mail à **IHU On-Line**.

“No que se refere ao capitalismo, o abalo financeiro que ocorreu a partir de 2007-2008 deu início a uma fase de profunda mutação do sistema econômico mundial. Concretamente, isso significa que estamos saindo do capitalismo, da mesma maneira que a Europa saiu do Império Romano a partir do século III, ou saiu da Idade Média pelo Renascimento. Devemos, pois, considerar o capitalismo como um momento histórico que teve sua juventude e sua expansão (séculos XVIII e XIX), alcançando seu apogeu no fim do século XX. Mesmo que ainda

seja uma potência, não deixa de estar em fase de decrepitude. Por quê? Porque, hoje, ele só pode se perpetuar pela especulação financeira (que levou justamente ao abalo de 2007-2008), isto é, segundo uma lógica perversa que privilegia o rendimento dos ativos financeiros em detrimento do funcionamento da economia real da produção e da comercialização dos bens”, complementa.

Hervé Kempf é jornalista e ensaísta francês. É editor do sítio *Reporterre* – <http://www.reporterre.net>. Entre suas obras, podem ser citadas *Como os Ricos Destroem o Planeta* (*Comment les riches détruisent la planète* – São Paulo: Editora Globo, 2010), *Para Salvar o Planeta, Liberte-se do Capitalismo* (*Pour sauver la planète, sortez du capitalisme* – Campinas: Saberes Editora, 2012), *O Fim do Ocidente e o Nascimento do Mundo* (*Fin de l'Occident, naissance du monde* – Barcarena: Editorial Presença, 2013), *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie* (“Basta de oligarquia, viva a democracia” – Paris: éditions du Seuil, 2013) e *Notre-Dame-des-Landes* (Paris: éditions du Seuil, 2014).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O senhor afirma que nossa democracia caminha para o fim e que uma oligarquia assumirá o seu lugar. O Ocidente conheceu, no passado, alguma democracia autêntica, ou isso é uma ficção?

Hervé Kempf – Não falo do futuro, mas, sim, do presente. O que digo é que não estamos nem na ditadura, nem na democracia. O sistema em que vivemos tem um nome: oligarquia. Uma casta defende os interesses das potências financeiras, que exercem uma influência desmedida na vida po-

lítica, notadamente graças às mídias de massa e aos *lobbies*. No sistema oligárquico, a casta dos dirigentes reúne os poderes econômico, político e midiático. Este sistema visa manter os privilégios dos ricos, desprezando as urgências sociais e econômicas.

No Ocidente, a democracia nunca alcançou uma forma perfeita. Porém, sua vitalidade foi bem maior entre os anos de 1945 e 1980 do que é hoje. Sua saúde, se assim podemos dizer, degradou-se progressivamente desde a década de 1980: a deliberação livre está

viciada, porque as mídias de massa são amplamente controladas pela oligarquia. A escolha majoritária está viciada pelo peso dos *lobbies* ou, às vezes, pela negação pura e simples da escolha popular, como vimos na Europa por ocasião do referendo de 2005, quando a vontade popular (que recusou o projeto do tratado constitucional) foi traída (o tratado acabou sendo imposto). O reconhecimento das minorias se perde sob o efeito da repressão cada vez mais aberta dos rebeldes, enquanto o respeito aos direitos humanos e às

liberdades públicas é vilipendiado em nome das políticas antimigratórias. E por toda parte, a influência dos bancos e das finanças é imensa, principalmente nos meios políticos.

IHU On-Line – É possível reconquistar a democracia?

Hervé Kempf – Sim. Os regimes políticos não são estados inertes, e sim processos dinâmicos. O sistema oligárquico visa à estabilidade da ordem que mantém os privilégios dos poderosos. No entanto, ele não consegue sufocar a cultura democrática que impregna as sociedades ocidentais, tampouco destruir totalmente os instrumentos da representação, mesmo que os tenha amplamente pervertido pelo dinheiro. No que se refere aos Estados Unidos, o peso da oligarquia é tão grande que eu duvido que eles consigam resgatar a democracia. Porém, na Europa, muitas lutas atestam a grande vontade de recuperá-la. E no mundo inteiro, da Tunísia ao Egito ou da China à Turquia, vemos afirmar-se a consciência democrática dos povos.

IHU On-Line – Em que medida a crise global que se intensificou em 2008 caminha para uma crise mais profunda do capitalismo, que ameaça a sua existência?

Hervé Kempf – Precisamos assinalar aqui que o problema da existência ou não do capitalismo – uma forma histórica particular – não tem uma importância primordial. O que está em jogo é a existência de uma sociedade humana estável e pacífica, que garanta a cada ser humano uma existência digna. Este estado, que, em escala mundial, é o ideal a que devemos visar, tem sua existência gravemente afetada pela crise ecológica, que ameaça a estabilidade indispensável da biosfera, e pela amplitude das desigualdades, que geram uma guerra civil mundial mais ou menos latente.

No que se refere ao capitalismo, o abalo financeiro que ocorreu a partir de 2007-2008 deu início a uma fase de profunda mutação do sistema econômico mundial. Concretamente, isso significa que estamos saindo do capitalismo, da mesma maneira que a Europa saiu do Império Romano a partir do século III, ou saiu da Idade Média pelo Renascimento. Devemos, pois,

considerar o capitalismo como um momento histórico que teve sua juventude e sua expansão (séculos XVIII e XIX), alcançando seu apogeu no fim do século XX. Mesmo que ainda seja uma potência, não deixa de estar em fase de decrepitude. Por quê? Porque, hoje, ele só pode se perpetuar pela especulação financeira (que levou justamente ao abalo de 2007-2008), isto é, segundo uma lógica perversa que privilegia o rendimento dos ativos financeiros em detrimento do funcionamento da economia real da produção e da comercialização dos bens.

Capitalismo mortífero

A crise ecológica em que entramos – e que envolve um campo histórico com uma profundidade muito maior que o do capitalismo – corresponde ao momento em que, pela primeira vez desde que a espécie humana existe, ela se depara com os limites da biosfera. Enquanto sempre nos desenvolvemos sem nos preocuparmos com o meio ambiente, ou contra ele muitas vezes, eis o momento em que devemos encontrar um meio de nos realizarmos como sociedade, mas restringindo, ao mesmo tempo, o que extraímos da biosfera e nosso impacto sobre ela.

A amplitude desse desafio, que o capitalismo é incapaz de enfrentar, explica por que ele está atingindo o seu fim histórico: ele não está mais adaptado às necessidades da nossa época e tornou-se mortífero. Para manter a sua existência, ele é obrigado a levar cada vez mais longe a lógica de privatização e mercantilização dos bens comuns, o que conduz a uma exploração desmedida e à destruição destes bens. Na verdade, é a própria lógica do capitalismo, baseada na apropriação individual das riquezas com o objetivo de aumentar indefinidamente o lucro, que leva à destruição do meio ambiente. Num momento histórico em que esta destruição não é mais aceitável devido ao perigo que representa para a salvação da humanidade, o capitalismo deve desaparecer ou transformar-se em outra forma econômica de relação com o meio ambiente. A menos, é claro – hipótese sempre possível –, que ele consiga manter-se, mergulhando então a biosfera num caos que arrastará a estabilidade da sociedade mundial.

Por fim, a ideologia capitalista não oferece mais um horizonte de pensamento às sociedades modernas: ela não faz senão repetir compulsivamente a apologia do mercado, do crescimento e do individualismo, valores esses que se tornam manifestamente contrários ao interesse comum.

IHU On-Line – Então podemos falar de várias crises concomitantes, como a da economia, da ecologia, do trabalho e a energética?

Hervé Kempf – Entendo o que você chama de crise do trabalho como a existência de um desemprego maciço em escala mundial, que afeta especialmente as jovens gerações. Esta crise me parece estar ligada a dois fenômenos característicos do capitalismo atual.

De um lado, a estruturação internacional do poder impediu muitos países de alcançar um desenvolvimento autônomo que lhes permitisse dar trabalho a todos os seus cidadãos. O livre comércio generalizado é posto em xeque, pois coloca no mesmo plano de concorrência os países ricos e fortes e os países pobres e fracos: refiro-me especialmente à África, mas isso vale para muitos outros países (vejam, por exemplo, como o Tratado de Livre Comércio entre Canadá, Estados Unidos e México – NAFTA enfraqueceu a economia deste último). Do outro lado, a concepção econômica predominante hoje privilegia a busca da produtividade do trabalho no jogo da concorrência econômica. Isso leva a eliminar cada vez mais os trabalhadores para substituí-los por máquinas, gerando desemprego.

IHU On-Line – Por que a democracia e a ecologia são inseparáveis?

Hervé Kempf – A crise ecológica gera uma restrição histórica totalmente nova e nos impõe uma verdadeira transformação das sociedades ocidentais, de seus modos de vida, de seus hábitos culturais de consumo. Nossa economia repousa num crescimento contínuo do consumo, ao mesmo tempo que sabemos pertinentemente que não poderemos prosseguir nessa corrida para o enriquecimento material. Seja em termos de extração de matérias-primas ou em termos de reciclagem, atingimos os limites da

biosfera. Além disso, avançamos, do ponto de vista histórico, rumo a uma convergência do nível de vida de todos os países do planeta, porque há uma reivindicação legítima dos países emergentes, que desejam ser tratados em pé de igualdade com os países ocidentais em termos de acesso aos recursos e ao consumo. Ora, a situação ecológica não permite que essa convergência ocorra por um alinhamento ao nível de vida ocidental. Portanto, este deve mudar, o que significa reduzir o nível de vida material. Este é o principal desafio que se apresenta às sociedades ocidentais. A oligarquia não é capaz de enfrentá-lo.

Redução das desigualdades

Na verdade, para a oligarquia, é vital que o crescimento econômico e a promessa de aumento do consumo material sejam considerados um absoluto indispensável. É a condição para que a desigualdade atual seja aceitável, porque o crescimento econômico supostamente permitirá a elevação do nível de vida de todos. A questão ecológica, portanto, é sempre diminuída, e a crítica ao crescimento, considerada absurda.

De fato, é essencial que a deliberação coletiva se interesse por essas questões, que constituem a chave para um futuro pacífico. E a deliberação coletiva livre e informada é o cerne da democracia. Por esta razão, a democracia é o único meio de alcançar essa transição, que deve ser refletida e escolhida coletivamente e dentro de uma lógica de redução das desigualdades.

IHU On-Line – Em que medida economia e felicidade poderiam caminhar juntas?

Hervé Kempf – O próprio fato de a questão ser abordada dessa maneira mostra que a economia – e aqui, convém especificar, a economia capitalista, pois outra economia é possível – e a felicidade não andam juntas. Na verdade, a economia capitalista funciona atualmente pela manutenção, ou mesmo pelo aumento, de enormes desigualdades e pela destruição do meio ambiente, o qual, no entanto, é a base essencial do bem-estar coletivo. É claro que economia e felicidade deveriam andar juntas. Para isso, a

economia deveria deixar de ser a referência absoluta de toda e qualquer atividade humana, para integrar plenamente os valores de respeito ao meio ambiente e de justiça social.

IHU On-Line – Seria possível “humanizar” o mercado, fazendo com que ele adquira sentido para as pessoas?

Hervé Kempf – Não devemos confundir economia de mercado e capitalismo. O capitalismo é um sistema no qual se quer que o mecanismo do mercado reja todas as atividades humanas. Mas o passado teve muitas sociedades em que existia um mercado que ocupava apenas uma parte das relações sociais, e estas se desenvolviam em muitos outros campos simbólicos. Sair do capitalismo não significa abandonar a economia de mercado, mas, sim, colocá-la no seu devido lugar, restringindo-a ao comércio de bens e serviços. A chave para recolocá-la no seu devido lugar está em postular muito claramente que muitos bens comuns (refiro-me obviamente aos recursos naturais, mas também a atividades essenciais como a educação e a saúde) não devem ser regidos pelo mercado.

IHU On-Line – Quais são os principais desafios dessa tarefa?

Hervé Kempf – Em primeiro lugar, a resistência virulenta do sistema oligárquico: ele não tem mais ideias, mas tem o poder, principalmente o de formar a consciência coletiva pelas mídias, ou seja, submetê-la às suas finalidades. Em seguida, conseguir reunir todos os movimentos de resistência que buscam caminhos para sair do capitalismo e transmitir sua mensagem ao maior público, isto é, ao povo.

IHU On-Line – O mercado reina sobre a política nestes tempos de economia financeirizada. Quais são as perspectivas de mudança?

Hervé Kempf – O objetivo prioritário é colocar as finanças e os bancos no passo certo. Em outras palavras, a política deve retomar o poder sobre o dinheiro. A democracia, que é o regime em que o interesse coletivo se impõe a todos após uma deliberação livre e informada, deve suplantar a oligarquia, que fusiona justamente na

mesma casta a política, a finança e as mídias.

IHU On-Line – É a partir do âmbito de autorreferencialidade do mercado que podemos compreender a ruptura entre a economia e a ética?

Hervé Kempf – Parece-me que não. Repito mais uma vez, a economia não é o capitalismo, que não é senão um sistema econômico específico. Em sua forma atual decadente, o capitalismo divergiu da ética, ou seja, de um enquadramento moral que visa à realização da humanidade. No entanto, nada impede que se conceba e se dê vida a uma economia ética, isto é, uma economia que satisfaça as necessidades dos seres humanos sem destruir as condições biosféricas necessárias à perenidade da humanidade e que garanta, ao mesmo tempo, relações justas entre todos.

Essa economia ética rompe com o capitalismo: ela põe as finanças no passo certo, ou seja, faz com que estas voltem a exercer sua função primordial que é a de facilitar as trocas de bens. E desenvolve ao máximo, por toda parte, as capacidades de produção local, reduzindo o comércio internacional aos bens verdadeiramente úteis e indisponíveis localmente. A globalização prosseguirá, mas não tanto pela economia quanto pelas trocas culturais, inspiradas na ética mundial comum em formação: esta aspira a uma humanidade em paz consigo mesma e com a biosfera, a fim de encontrar um novo impulso para a etapa seguinte de seu magnífico destino.

Leia mais...

- “A autoridade pública está nas mãos do sistema financeiro”, afirma Hervé Kempf. Entrevista publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 18-02-2013, disponível em <http://bit.ly/1rXRJxa>;
- “Pela primeira vez, a humanidade se encontra com o limite dos recursos naturais”. Entrevista com Hervé Kempf publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 12-01-2010, disponível em <http://bit.ly/1qmqz7FJ>.

A superação da globalização e do crescimento

“A realidade é que não estamos mais num período de globalização. Os países e as regiões estão tratando de levantar muros de várias espécies ao seu redor, e estão tratando de reconstruir sistemas bancários pré-globalistas”, avalia John Ralston Saul

POR MÁRCIA JUNGES E LUCIANO GALLAS / TRADUÇÃO: MOISÉS SBARDELOTTO

“O modelo de crescimento implantado no final do século XVIII perdeu, mais ou menos, sua força. Atualmente nós produzimos mais bens do que necessitamos no mundo. O que necessitamos, portanto, não é de mais crescimento. Precisamos, em vez disso, dar atenção a uma distribuição mais interessante dos bens e a uma passagem gradativa da produção em massa para a produção com qualidade. Por quê? Porque a produção com qualidade produz mais empregos num nível salarial mais alto e, por conseguinte, torna possível vender bens a um preço mais alto. A estratégia globalista tem sido exatamente o contrário disso – reduzir os preços continuamente, tornando, com isso, não só possível, mas essencial pagar cada vez menos às pessoas”, afirma John Ralston Saul.

Conforme enfatiza Ralston, a manutenção de uma economia de excedentes, inevitavelmente, levará a uma baixa dos preços e, conseqüentemente, a uma redução dos salários pagos. “Na verdade, não há condições de

pagar-lhes [os trabalhadores] por empregos de tempo integral ou empregos que tenham benefícios vinculados a eles. Esta é a razão pela qual se vê, em toda a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que um número cada vez maior de pessoas está trabalhando em tempo parcial, ou sem seguridade ou benefícios. Tudo isso cria lentamente o tipo de atmosfera social que leva ao populismo e a sentimentos antidemocráticos. O que estamos vivenciando hoje é uma versão mais extrema do tipo de privação econômica e de abismo entre ricos e pobres que levou a fenômenos como o peronismo”, pontua ele.

John Ralston Saul é escritor, ensaísta e filósofo canadense. É presidente da PEN International, associação de escritores fundada em 1921 e que luta pela liberdade de expressão. É autor de vários livros, entre os quais *O colapso da globalização e a reinvenção do mundo* (*El colapso de la globalización y la reinvencción del mundo* – RBA, 2012).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O dinheiro não passa de uma convenção, mas toda a humanidade parece não se dar conta disso. Por quê?

John Ralston Saul – Esse é um problema cíclico. Todo o mundo sabe que o dinheiro não é real, que ele é meramente o lubrificante para as engrenagens da economia, como se dizia no século XVIII. Mas periodicamente ou se torna difícil criar crescimen-

to real, ou então fica simplesmente muito fácil para um grupo pequeno ganhar dinheiro a partir do dinheiro. E neste ponto entramos num daqueles períodos ilusórios de empolgação excessiva com a possibilidade de tratar o dinheiro como algo real. A causa provável disso ao longo dos últimos 40 anos tem sido que as economias industrializadas do Ocidente produziram uma situação em que havia um

excedente de bens manufaturados, de modo que não conseguiram manter o crescimento em curva ascendente. Em vez de se fazer algumas perguntas sérias sobre o que fariam em seguida, elas entraram em pânico e recaíram no antigo erro de tratar o dinheiro como um substituto de bens reais. Nesse ponto, o problema realmente passa a ser a ilusão. E quanto mais nos tornamos dependentes da ilusão, tan-

to mais difícil é admitir que o dinheiro não é real.

IHU On-Line – Vivemos uma era de ontologização da economia, isto é, a economia tornou-se uma espécie de deus ao qual a humanidade vem se curvando?

John Ralston Saul – Essa questão tem duas partes. Em primeiro lugar, a iniciativa revolucionária do período globalista (que começa no início da década de 1970) consistiu em promover a ciência econômica à posição superior em todas as explicações da civilização e de como ela funciona. Assim, de um ponto de vista prático, a ciência econômica foi solicitada a substituir Deus, ou um monarca, ou conceitos do Estado. Na verdade, isso jamais foi tentado antes, pela simples razão de que a ciência econômica é realmente uma atividade terciária no que diz respeito às civilizações. É claro

que ela é essencial, assim como a economia o é. Mas é apenas uma atividade utilitária, e isso significa que ela não tem a imaginação ou a ética ou outras qualidades necessárias para moldar uma civilização.

Em segundo lugar, a linguagem que acompanhou essa deificação da economia tinha muito pouco a ver com o que estava acontecendo efetivamente. Em outras palavras, a linguagem da globalização só falava de um mercado autorregulatório, crescimento perpétuo, que o crescimento maior levaria à riqueza compartilhada, etc. A realidade é que a maior parte da atividade tinha a ver com a promoção do dinheiro a um estado de realidade e com a crescente diminuição da concorrência através do favorecimento de empresas cada vez maiores. Em outras palavras, o período globalista levou ao retorno do mercantilismo, dos oligopólios e até de monopólios. Isso é exatamente o contrário do que estava sendo prometido. Agora que essa estrutura intelectual está estabelecida, não importa quão falha ela seja. As elites foram ensinadas a falar e argumentar de acordo com essa estrutura, e parecem incapazes de lidar com o abismo entre o que elas

“Não há, na história, exemplo de que a austeridade leve à prosperidade. A única finalidade da austeridade é servir de tratamento de choque quando se está sofrendo de uma inflação grave”

estão dizendo e o que está realmente acontecendo.

IHU On-Line – Que tipo de moral foi aplicada à economia pelo Ocidente?

John Ralston Saul – O interessante é que toda a questão da moralidade e da ética foi colocada de lado. Acho que é importante lidar com a ética e a moralidade separadamente, pois esta última tende a ter toda espécie de tendências românticas e religiosas, ou a ser vinculada a hábitos pessoais/sociais, que diferem de grupo para grupo, de lugar para lugar. De qualquer modo, jamais houve qualquer pretensão real de que a nova ciência econômica ou de que a globalização teriam um núcleo ético ou um núcleo moral. A globalização sempre teve a ver, abertamente, com a redução dos seres humanos ao nível do interesse próprio.

Mais curiosamente ainda, há uma série de referências abraâmicas na linguagem da globalização, mas elas parecem ser usadas sem qualquer percepção consciente do que

implicavam. A mais famosa delas foi a ideia da *mão invisível*, que de alguma maneira assegurava que o mercado seria autorregulatório. Isso sempre é apresentado como um aspecto central da filosofia de Adam Smith¹, o que não era o caso. Na verdade, ele fez apenas um comentário muito rápido sobre a mão invisível ao fazer referência a uma situação específica dos mercados locais. Outra das características curiosas dos defensores da ciência econômica como o principal mecanismo da civilização é de que eles não parecem ler muito. Eles sequer parecem ter lido Adam Smith, a não ser em resumos. Assim, entenderam de modo tremendamente equivocado o que ele estava dizendo.

Adoção da austeridade

De qualquer modo, eles parecem imaginar que dentro de sua teoria econômica havia uma capacidade para uma partilha natural da riqueza, o que, por sua vez, tornaria as pessoas felizes. Como sabemos, estamos agora num período de divisões inauditas e crescentes entre os ricos e os pobres. E o próprio fato de que países como a Espanha ou Portugal, ou a Irlanda e a Grécia, estão sendo obrigados a adotar a austeridade quando já estão numa espiral econômica demonstra quão ausente o conceito de ética ou moralidade tem estado da liderança econômica.

Não há, na história, exemplo de que a austeridade leve à prosperidade. A única finalidade da austeridade é servir de tratamento de choque quando se está sofrendo de uma in-

¹ Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica tradicional. *A Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para o entendimento das relações econômicas da sociedade sob a perspectiva liberal, superando os paradigmas do mercantilismo. Sobre Adam Smith, veja a entrevista concedida pela professora Ana Maria Bianchi, da Universidade de São Paulo - USP, à IHU On-Line nº 133, de 21-03-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon133>, e a edição 35 dos *Cadernos IHU ideias*, de 21-07-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível em <http://bit.ly/ihuid35>. (Nota da IHU On-Line)

flação grave. E esse não é o problema atualmente. Na Espanha, mais de 50% dos jovens estão desempregados e a cada dia 500 pessoas estão sendo despejadas de suas casas. Ainda assim, o governo está aquiescendo às exigências de austeridade da União Europeia. Isso é profundamente não ético e imoral.

IHU On-Line – No contexto da globalização, qual deve ser o papel do sistema bancário?

John Ralston Saul – A realidade é que não estamos mais num período de globalização. Os países e as regiões estão tratando de levantar muros de várias espécies ao seu redor, e estão tratando de reconstruir sistemas bancários pré-globalistas. Por exemplo, países que permitiram a combinação de bancos de depósitos com bancos de investimentos estão tentando separá-los de novo.

Entretanto, há um aspecto central que precisa ser ressaltado. Disseramos, durante toda a era da globalização, que a nova tecnologia da comunicação nunca é desligada e que está rodando incessantemente, 24 horas por dia, no mundo inteiro. Por isso, os mercados monetários não poderiam mais ser regulados. Foi esse ato de fechar os olhos para a regulamentação que levou ao colapso financeiro há poucos anos.

A realidade é exatamente o contrário. Pela primeira vez, há tecnologia que liga todos os mercados do mundo e funciona 24 horas por dia. Por isso, jamais foi tão fácil regular e gerir os sistemas bancários e financeiros. Os governos estão começando a entender isso agora, e é isso que está começando a acontecer.

IHU On-Line – Em que aspectos a globalização representa retrocessos em termos de economia e justiça social?

John Ralston Saul – Veja bem, não há nada de errado com o comércio internacional. As economias sempre precisaram ter um aspecto internacional importante. Entretan-

“A globalização sempre teve a ver, abertamente, com a redução dos seres humanos ao nível do interesse próprio”

to, não é útil dizer que as relações econômicas internacionais superam o interesse e a vida dos cidadãos que vivem dentro dos países. Quase todos os programas sociais que ajudam as pessoas a viver – como a educação, por exemplo – são nacionais ou regionais; 99% dos sistemas judiciários são nacionais ou regionais. Se você priva o estado nacional de seu poder, em nome da economia internacional, você solapa necessariamente o estado de bem-estar social e de justiça dentro dos países. Além disso, já que a teoria da globalização levou diretamente a um aumento do abismo entre ricos e pobres, temos condições de ver até que ponto essa inversão no equilíbrio entre os interesses do povo e os interesses das forças econômicas internacionais está se tornando cada vez mais negativa.

IHU On-Line – Até quando será possível sustentar o crescimento insuflado pelo capitalismo?

John Ralston Saul – É difícil dizer isso em países onde a industrialização só agora está levando a certos níveis de prosperidade para aqueles que foram muito pobres. Entretanto, o modelo de crescimento implantado no final do século XVIII perdeu, mais ou menos, sua força. Perdeu sua força porque, como eu disse antes, atingimos um estado de produção de excedentes. Certamente não os estamos distribuindo de maneira justa. Mas continua sendo verdade

que atualmente nós produzimos mais bens do que necessitamos no mundo. O que necessitamos, portanto, não é de mais crescimento. Precisamos, em vez disso, dar atenção a uma distribuição mais interessante dos bens e a uma passagem gradativa da produção em massa para a produção com qualidade. Por quê? Porque a produção com qualidade produz mais empregos num nível salarial mais alto e, por conseguinte, torna possível vender bens a um preço mais alto. A estratégia globalista tem sido exatamente o contrário disso – reduzir os preços continuamente, tornando, com isso, não só possível, mas essencial pagar cada vez menos às pessoas.

IHU On-Line – Quais são os riscos dessa “religião do crescimento” para a democracia?

John Ralston Saul – O maior risco é a espiral declinante que acabo de descrever. Se se mantém uma economia de excedentes, inevitavelmente se fará com que os preços baixem. E quanto mais os preços baixam, tanto menos se tem condições de pagar às pessoas pelo que fazem em seu emprego. Na verdade, não há condições de pagar-lhes por empregos de tempo integral ou empregos que tenham benefícios vinculados a eles. Esta é a razão pela qual se vê, em toda a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE,² que um número cada vez maior de pessoas está trabalhando em tempo parcial, ou sem seguridade ou benefícios. Tudo isso cria lentamente o tipo de atmosfera social que leva ao populismo e a sentimentos antidemocráticos. O que estamos vivenciando hoje é uma versão mais extrema do tipo de privação econômica e de abismo entre ricos e pobres que levou a fenômenos como o peronismo.

IHU On-Line – De certa forma, seu livro *O colapso da globalização e a reinvenção do mundo* previu a

² OCDE: sigla em inglês para Organização de cooperação Econômica e desenvolvimento. (Nota da IHU On-Line)

atual crise econômica mundial. É possível apontar as possíveis rotas a serem tomadas pela economia daqui para frente?

John Ralston Saul – Isso é inteiramente uma questão de opção. Se continuarmos a agir como se o dinheiro fosse real e, por isso, entender que as dívidas impagáveis devem ser pagas, mesmo que isso destrua o bem-estar dos cidadãos, então a economia simplesmente vai continuar a piorar. E quaisquer recuperações serão obtidas disfarçando os problemas fundamentais. Creio firmemente que precisamos eliminar grande parte das dívidas que atualmente bloqueiam o crescimento dos países. Precisamos recomeçar da estaca zero. Se perdermos alguns bancos ao longo do caminho, isso realmente não importa. Há mais bancos atualmente do que jamais houve, e a quantidade de dinheiro que está se esparramando não tem precedentes. Na verdade é bem engraçado que os neoconservadores, que defenderam o monetarismo a partir da década de 1970, estejam agora se esforçando tanto para proteger uma situação monetária completamente inflacionária. A história é muito clara nesse sentido. Os países inteligentes suprimem as dívidas quando elas se tornam inviáveis.

IHU On-Line – Em que medida o conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB) é mais realista do que o de Produto Interno Bruto (PIB)?

John Ralston Saul – O PIB não tem sido uma medição acurada da realidade há muito tempo. Ele sempre implicou uma medição muito mínima do que está acontecendo. Sempre se baseou na separação de elementos financeiros, em vez de juntá-los. Foi o tipo de abordagem do PIB que nos levou a crer que se poderia, por exemplo, comer uma maçã proveniente da Nova Zelândia a um preço barato na América do Sul ou na Europa. Isso só era possível porque ninguém estava medindo os custos totais daquela maçã. A Felicidade Interna Bruta é um conceito maravilhosamente irônico inventado

“Pela primeira vez, há tecnologia que liga todos os mercados do mundo e funciona 24 horas por dia. Por isso, jamais foi tão fácil regular e gerir os sistemas bancários e financeiros”

pelo ex-rei do Butão³ para fazer troça das medições erradas e falhas do PIB. O que ele realmente estava dizendo é que precisamos adotar uma abordagem inclusiva se quisermos entender como as economias funcionam dentro das sociedades. Poder-se-ia dizer que ele estava dando a resposta última às pessoas que creem que a ciência econômica deveria dirigir a sociedade.

Lembrem-se de que a palavra “felicidade” realmente significa “o bem público” ou “o bem-estar das pessoas”. Ela era muito usada nos séculos XVIII, XIX e no início do século XX, e seu significado, em todos esses casos, é “o bem-estar do povo”. Na verdade, é só com o advento de coisas como a televisão, que instituem uma visão muito romântica da felicidade, que a palavra muda de sentido para se tornar uma representação da

³ **Jigme Singye Wangchuck** (1955): rei do Butão entre 24 de julho de 1972 e 14 de dezembro de 2006. Cunhou o termo Felicidade Interna Bruta (FIB) no início de seu governo, em resposta às críticas que afirmavam que a economia de seu país crescia a passos muito lentos. O conceito de FIB ilustrava o compromisso do líder político de construir uma economia adaptada à cultura do seu país, baseada nos valores espirituais budistas. (Nota da IHU On-Line)

autocomplacência fora do contexto da sociedade. A ideia butanesa da Felicidade Interna Bruta se situa na tradição do bem-estar do povo existente no século XVIII, e nesse sentido ela é extremamente realista.

IHU On-Line – É possível que felicidade e economia andem lado a lado?

John Ralston Saul – Disso se segue que a ciência econômica vai funcionar melhor se formos honestos em relação ao que ela é. A ciência econômica deve servir à sociedade. Sempre houve alguma forma de setor privado, capitalista ou não. Sempre haverá alguma forma de setor privado. Isso não é uma coisa ruim. Mas ele não significa substituir o bem público ou o interesse público ou o poder de governos escolhidos pelo povo. As sociedades funcionam melhor quando admitem alguma forma de equilíbrio entre os diferentes elementos. Acho que deveríamos parar de nos preocupar com a globalização. Ela já passou. Já fracassou. A dificuldade agora é que, na média, o mundo está em crise, e, se não tomarmos cuidado, entraremos numa era de protecionismo, violência e formas repulsivas de nacionalismo à moda antiga. Tudo isso pode ser evitado se formos simplesmente sensatos em relação ao papel da ciência econômica e ao papel de liderança bem mais fundamental que tem de ser assumido pelos cidadãos. Temos de cair fora do romantismo do globalismo à moda antiga, ao estilo do século XIX, e agir sensatamente, usando o poder que têm os cidadãos.

Leia mais...

- “Não há razão para salvar os bancos”, afirma filósofo canadense.

Entrevista com John Ralston Saul publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 06-02-2013, disponível em <http://bit.ly/1stpW5Q>

O aumento dos bens ou mercadorias e o crescimento das “necessidades”

Richard Easterlin, criador do Paradoxo da Felicidade, argumenta que o PIB mensura somente bens ou mercadorias, sem levar em conta critérios “não materiais” como família, vida e saúde

POR MÁRCIA JUNGES E ANDRIOLLI COSTA/ TRADUÇÃO: MOISÉS SBARDELOTTO

Em 2013 foi lançada a segunda edição do Relatório Mundial da Felicidade. Produzido pela ONU, ele leva em conta seis fatores para mensurar a sensação de felicidade em países do mundo todo: PIB real per capita, suporte social, generosidade, expectativa de vida saudável, liberdade e percepção de corrupção. O relatório mostra mudanças significativas na felicidade dos países ao longo do tempo, e propõe chamar atenção para fatores que vão além dos econômicos para mensurar o bem-estar da população.

Um dos precursores nesta linha de pensamento foi o economista Richard A. Easterlin, que criou em 1974 o conceito do Paradoxo da Felicidade. O paradoxo é composto por três assertivas:

- 1) Em uma sociedade, os ricos tendem a ser mais felizes do que os pobres.
- 2) Sociedades ricas não tendem a ser (muito) mais felizes do que sociedades pobres.
- 3) O enriquecimento do País não leva, necessariamente, à felicidade.

Nesta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, ele comenta sobre o tema e alega que o PIB mensura somente bens ou mercadorias, sem levar em conta critérios “não materiais” como família, vida e saúde.

Richard A. Easterlin é graduado em Engenharia pelo Stevens Institute of Technology, com mestrado e doutorado em Economia pela University of Pennsylvania. Membro da National Academy of Sciences e da American Academy of Arts and Sciences, atualmente é professor de Economia da University of Southern California. É autor, entre outros livros, de *Happiness, Growth, and the Life Cycle* (Oxford: University Press, 2011), *The Reluctant Economist: Perspectives on Economics, Economic History, and Demography* (Cambridge: University Press, 2006) e de *Birth and Fortune: The Impact of Numbers on Personal Welfare* (Chicago: University Press, 1987).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Diante do colapso ocasionado pela crise econômica mundial e da situação das nações ricas, seu “paradoxo da felicidade” demonstra ser mais atual do que nunca. Nossa sociedade continua confundindo dinheiro como sinônimo inequívoco de felicidade? Por quê?

Richard Easterlin – As pessoas não se dão conta de que, quando obtêm mais bens ou mercadorias, sua concepção de “necessidades” aumenta na mesma proporção. Em consequência disso, elas acham que mais dinheiro as fará mais felizes, porque sua projeção da felicidade futura pressu-

põe que suas “necessidades” ficarão inalteradas.

IHU On-Line – Nesse sentido, qual é a pertinência do conceito de Felicidade Interna Bruta (FIB), em contraposição ao Produto Interno Bruto (PIB)?

Richard Easterlin – O PIB só tem a ver com bens ou mercadorias. A felicidade leva em conta coisas não materiais, como família, vida e saúde.

IHU On-Line – Nos dias de hoje é possível que felicidade e economia andem lado a lado? Nesse sentido, qual é a importância da eudaimonia¹ para a vida em uma sociedade globalizada e capitalista?

Richard Easterlin – Há uma relação positiva das flutuações na economia e na felicidade. Mas a tendência ascendente a longo prazo na economia não é acompanhada por uma tendência ascendente na felicidade. A eudaimonia é prescritiva – há tantas concepções de vida boa quanto há

¹ Eudaimonia: palavra grega geralmente traduzida como felicidade, bem-estar ou desenvolvimento humano. (Nota da IHU On-Line)

Eu descrevo as evidências referentes à felicidade, e não estou dizendo que as pessoas devam buscar a felicidade.

autores que as propõem. Eu descrevo as evidências referentes à felicidade, e não estou dizendo que as pessoas devam buscar a felicidade.

IHU On-Line – Hoje, quais são os países considerados mais felizes

e quais são os motivos que levam a esse sentimento?

Richard Easterlin – Se olharmos o Relatório da Felicidade Global² de 2012 da Organização das Nações Unidas, os países com os mais elevados índices de felicidade tendem a ser aqueles que têm políticas públicas que se concentram nas preocupações imediatas das pessoas, como, por exemplo, emprego e rede de segurança social.

IHU On-Line – Em tempos de globalização, qual deve ser o espaço e o papel do sistema bancário?

Richard Easterlin – A regulamentação mais rigorosa deve ser o imperativo para o sistema bancário do nosso tempo.

² Acesse pelo link <http://bit.ly/HappinessReport2013>

Acesse o Twitter do IHU em twitter.com/_ihu

O desenvolvimento da economia civil. Por um estado social subsidiário

POR STEFANO ZAMAGNI / TRADUÇÃO: MOISÉS SBARDELOTTO

Neste artigo o economista Stefano Zamagni defende as bases para uma Economia Civil, cujas raízes remetem ao Humanismo civil e com estrutura social baseada na Doutrina Social da Igreja. Nesta perspectiva, a ordem social não se basearia mais na “dicotomia público-privado” (Estado e mercado), mas na “tricotomia público, privado e civil” – este último representado pelas organizações e corpos sociais intermediários. De acordo com ele, propor a perspectiva da economia civil significa visar a dois objetivos fundamentais: resolver a escassez do fornecimento de bens comuns e de bens públicos e acelerar os tempos da passagem do *welfare state* à *welfare society*.

Stefano Zamagni é professor da Universidade de Bolonha, na Itália, e vice-diretor da sede italiana da Johns Hopkins University. Zamagni ganhou destaque mundial por ter sido um dos principais consultores e assessores do Papa Bento XVI na redação da encíclica *Caritas*

in Veritate, publicada em 2009, acerca do “desenvolvimento humano integral”. Desde 2007 é presidente da Agência para as Organizações Não Lucrativas de Utilidade Social – Onlus, entidade do governo italiano responsável pelas associações sem fins lucrativos. Desde 1991, é consultor do Conselho Pontifício “Justiça e Paz”, do Vaticano. De 1999 a 2007, foi também presidente da Comissão Católica Internacional para as Migrações – ICMC. Em 2010, recebeu o título de doutor honoris causa em economia da Universidade Francisco de Vitoria, de Madri, Espanha. É autor de inúmeros livros, dentre os quais destacamos *Microeconomia* (Ed. Il Mulino, 1997), *Per una Nuova Teoria Economica della Cooperazione* (Ed. Il Mulino, 2005) e *L'Economia del Bene Comune* (Ed. Città Nuova, 2007). Em português, publicou em 2010 *Economia Civil: Eficiência, Equidade e Felicidade* (Ed. Cidade Nova), com coautoria de Luigino Bruni.

Confira o artigo.

Uma pluralidade de índices assinala uma retomada de interesse em relação à proposta da economia civil, uma proposta que tem as suas raízes no Humanismo civil e cuja estrutura conceitual se baseia nos princípios centrais da Doutrina Social da Igreja (como a *Caritas in veritate*¹ esclareceu

1 **Caritas in Veritate:** Terceira encíclica do Papa Bento XVI, publicada no dia 7 de julho de 2009, “sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade”. Foi a primeira encíclica de Bento XVI que versa sobre vários temas socioeconômicos, após a profunda crise econômica e financeira das últimas décadas, disponível em <http://migre.me/4mY6b>. (Nota da IHU On-Line)

bem, de uma vez por todas). A ideia central de tal linha de pensamento é a de fundamentar a arquitetura da sociedade não sobre dois, mas sobre três pilares: público (Estado e Entidades públicas); privado (mundo das empresas); civil (organizações da sociedade civil, isto é, os corpos sociais intermediários de que fala a constituição [italiana]). Cada um deles tem os seus próprios princípios reguladores e é caracterizado por modos específicos de ação, mas todos os três devem interagir entre si de maneira orgânica (isto é, não esporádica) segundo os cânones do *método deliberativo*. A

ordem social, portanto, não se baseia mais na dicotomia público-privado (ou seja, sobre Estado e mercado), mas na tricotomia público, privado, civil. Nisso, é a essência do princípio de *subsidiariedade circular*, que é a versão da subsidiariedade hoje mais avançada em comparação tanto com a vertical quanto com a horizontal.

1. Uma boa política pelo bem comum, então, deve reconhecer e assumir tal articulação da sociedade, porque só dela pode derivar a solução de problemas de urgência prioritária para o nosso país [Itália]. De fato, entre as urgências político-culturais mais

prementes da atual passagem de época está certamente a de ir além das duas concepções de mercado hoje dominantes. Por um lado, a visão do mercado como “mal necessário”, ou seja, de uma instituição da qual não se pode prescindir, por ser garantia de progresso e sucesso econômico, mas, mesmo assim, um “mal” do qual é preciso se guardar e que, portanto, deve-se manter sob controle com a fixação de vínculos rigorosos. Essa é a posição adotada pelos teóricos da chamada “terceira via”, segundo a qual é preciso manter separada a esfera da economia do resto da sociedade e servir-se da primeira como instrumento para alcançar os fins que a segunda se estabelece. Por outro lado, encontramos a concepção do mercado como meio para resolver o problema político. Trata-se de uma concepção plenamente em sintonia com o espírito – mesmo que nem sempre com a práxis – do liberalismo clássico, que, justamente, pode ser definido como a solução do problema político por uma via essencialmente econômica.

O destino ao qual se deve tender é mais o de realizar as condições para uma economia de mercado pluralista, em que possam operar, de modo autônomo e independente, ao lado de empresas com fins lucrativos, também sujeitos econômicos que, embora não buscando o fim do lucro, sejam igualmente capazes de gerar valor agregado e, portanto, riqueza. São esses os sujeitos que compõem a variada galáxia do Terceiro Setor (cooperativas, cooperativas sociais, empresas sociais, fundações comunitárias). Lembre-se que a defesa das razões da liberdade exige que o pluralismo seja defendido não só na esfera do político – o que é óbvio –, mas também na do econômico. Pluralista e democrática, portanto, é a economia em que encontram espaço, em primeiro lugar, mais princípios de organização econômica – desde o da busca do lucro ao de reciprocidade – sem que a organização institucional vigente privilegie, mais ou menos abertamente, um ou

“Precisamos urgentemente de um Estado facilitador da sociedade civil organizada: essa é a ideia de um estado social subsidiário”

outro; e, em segundo lugar, a economia em que se permite ao consumidor não somente escolher dentro de um dado menu, mas também lhe permite poder “ter voz” sobre a composição do próprio menu (esse é o sentido do chamado “voto com a carteira”).

2. Propor a perspectiva da economia civil significa visar a dois objetivos fundamentais. O primeiro é o de chegar a resolver uma escassez típica das nossas sociedades avançadas, que se encontram, todas, acertando as contas com um problema de inadequado fornecimento de *bens comuns* e de *bens públicos*. Como eles são bens essenciais, a sociedade que não fosse capaz de assegurar níveis adequados de ofertas deles seria uma sociedade de nível mais baixo de bem-estar (e isso independentemente do volume e da qualidade de *bens individuais* que ela fosse capaz de assegurar). Hoje, diante de uma sobreprodução de bens privados, registramos uma substancial escassez de bens públicos e uma escassez ainda mais preocupante de bens comuns. A noção de *desenvolvimento humano integral* capta essa necessidade de equilíbrio entre as três categorias diferentes de bens.

O segundo objetivo é acelerar os tempos da passagem do *welfare state* à *welfare society*. Já é aceito que a superação do modelo estatalista de *welfare* [bem-estar] pressupõe que se disponha de uma tipologia específica

de mercados, ainda inexistentes no nosso país: os *mercados de qualidade social*. Trata-se de mercados *sui generis*, certamente, mas, mesmo assim, mercados. Neles, os recursos que o Estado decide destinar ao *welfare* são utilizados não para financiar os sujeitos de oferta, mas para intervenções de promoção e sustento da *demand* dos serviços sociais, transformando, assim, em efetiva uma demanda que, caso contrário, permaneceria apenas virtual, ou seja, não pagante. Por outro lado, o Estado intervém no lado da oferta com medidas, tanto legislativas quanto administrativas, para assegurar a pluralidade dos sujeitos de oferta das várias tipologias de serviços, e isso com o objetivo de evitar os riscos da formação de *rent-seeking*, e para permitir uma real capacidade de escolha dos cidadãos. Nisso, é uma ideia de um *welfare* subsidiário que se serve de mecanismos de mercado como instrumento para reforçar o vínculo social – e em que o Estado se torna promotor da sociedade civil organizada, incentivando todas aquelas formas de ação coletiva que geram benefícios públicos. Em outros termos, precisamos urgentemente de um Estado facilitador da sociedade civil organizada: essa é a ideia de um *estado social subsidiário*. O modelo do Estado-gestor podia funcionar bem no pós-guerra imediato, quando eram prevaletentes as condições da sociedade fordista e, em particular, as necessidades das pessoas eram abstratas, isto é, indiferenciadas. Tornar a propô-lo agora, mesmo que na forma do *welfare mix*, só poderia produzir efeitos perversos e financeiramente desastrosos.

3. Em que âmbitos hoje é maximamente urgente intervir? A Itália é o primeiro país europeu em número de regiões (entre as primeiras 25 em nível continental) que empregaram nos setores culturais e criativos: nada menos do que 20%, cinco em cada 25, contra os três da Alemanha e da Holanda, os dois do Reino Unido e um da região da França. No entanto, a Itália é um dos poucos dos 27 países da Europa a não

ter nenhum plano estratégico para o desenvolvimento das suas indústrias culturais e criativas, com a consequência de literalmente pôr em risco os seus melhores talentos criativos nos mercados internacionais, diante de colegas de outros países que podem contar com o apoio ativo e competente de instituições e de programas inteiramente voltados a favorecer a sua penetração profissional nos mercados mais ricos e dinâmicos em nível global, além do mercado europeu e dos seus mercados domésticos.

Alavancar as energias dessa geração para relançar de modo estratégico a produção criativa na Itália como pilar do nosso modelo futuro de desenvolvimento é um sinal fortíssimo que pode mobilizar um impulso social e geracional muito notável. A partir do raciocínio sobre os impactos econômicos diretos e indiretos da produção cultural e criativa e da participação social a ela associada, é possível, assim, lançar o projeto de uma coalizão nacional entre público, privado e civil para a produção criativa, que vise a produzir um investimento estratégico de recursos no setor, com base em um plano estratégico nacional que falta na Itália – caso quase único da Europa dos 27, em um setor em que poderíamos ter uma liderança reconhecida – e o desenvolvimento de um plano de incentivo às novas formas de empreendedorismo juvenil de setor.

Em segundo lugar, é preciso enfrentar urgentemente a questão da relação entre vida familiar e vida de trabalho. No debate público contemporâneo, esse tema é expresso como *work-life balance*, isto é, equilíbrio, conciliação entre família e trabalho. Trata-se de uma expressão infeliz, que trai uma certa configuração cultural que não podemos compartilhar. O próprio termo de conciliação, de fato, postula a existência de um conflito, ao menos potencial, entre esses dois âmbitos fundamentais de vida, cada um dos quais é dotado de uma especificidade própria e de um sentido próprio. Ao contrário, consideramos que não existem razões de princípio que

“O sistema fiscal italiano defende de modo ignóbil a renda (financeira; imobiliária; burocrática), enquanto penaliza o salário e o lucro”

possam nos fazer falar de duas polaridades entre as quais sejam necessárias práticas conciliatórias, porque, se é verdade que o tempo do trabalho também é um tempo de vida, é igualmente verdade que a vida familiar inclui uma atividade de trabalho específica, embora esta não transite pelo mercado.

É duplo, então, o fim que atribuímos às políticas de harmonização entre família e trabalho de mercado: superar a feminilização generalizada da questão conciliatória em favor de uma abordagem recíproca entre família e trabalho, por um lado; provocar um repensamento radical sobre o modo pelo qual ocorre a organização do trabalho na empresa de hoje, por outro lado. Em outras palavras, não compartilhamos a posição daqueles que consideram que os múltiplos instrumentos de conciliação até agora propostos e às vezes postos em prática (licença parental; trabalho a tempo parcial; creches; bancos de horas; flexibilidade dos horários; programas de “bom retorno” à empresa; *mentoring*, etc.) devem ser pensados unicamente para permitir especialmente que a mulher que tem família se adapte melhor às exigências da empresa, e tudo isso com o fim último de aumentar a taxa de participação feminina no mercado de trabalho – taxa que, como veremos, é particularmente baixa no nosso país [Itália]. Consideramos, ao

invés, que as políticas de harmonização devem ser propostas em nível de casal, porque a família não é uma questão apenas feminina, e não podem fazer uso daquelas tecnologias de alta frequência – tão em voga hoje no setor financeiro da economia – que permitem extrair o máximo valor monetário de cada unidade de tempo.

Isto implica, concretamente, que se passe do *gender mainstreaming* – noção acolhida no Tratado de Amsterdã de 1997, segundo a qual deve-se pôr em prática medidas voltadas a oferecer oportunidades iguais entre os gêneros – ao *family mainstreaming*, segundo o qual é às relações intrafamiliares que se deve prestar atenção no momento em que se põe a mão na reorganização do processo de trabalho. Creches, serviços de cuidado para os idosos não autossuficientes e outras instituições desse tipo são, sim, uma ajuda formidável para a família, mas, se forem projetados de modo a desresponsabilizar os pais em relação à sua missão educativa ou de modo a afrouxar os laços de solidariedade intergeracional, é evidente que eles levarão, a longo prazo, a deslegitimar o papel da família. Por isso, é necessário introduzir algum indicador que expresse a *avaliação de impacto familiar* (AIV) das medidas de política do trabalho e de *welfare* que vão ser adotadas.

Uma riqueza extraordinária do nosso país [Itália] é a presença de um Terceiro Setor produtivo (cooperativas sociais; empresas sociais; BCC; cooperativas de comunidade), que nenhum dos outros países do Ocidente avançado possui (tais países podem competir com a Itália no Terceiro Setor redistributivo; certamente não no produtivo). Trata-se, então, de finalmente soltar aquele Prometeu acorrentado que é o nosso Terceiro Setor produtivo. Como? Reformando radicalmente o Livro I, Título II do Código Civil – que ainda é o de 1942! –; atualizando as leis de setor (sobretudo aquelas sobre o voluntariado e sobre as cooperativas sociais, ambas de 1991), também para eliminar as muitas incongruên-

cias; mas, acima de tudo, desfazendo o nó dos financiamentos. Não é mais tolerável que empresas que buscam fins de utilidade social sejam racionadas no crédito e não possam ter acesso a esses instrumentos financeiros (por exemplo: obrigações de solidariedade, obrigações de impacto social, fundos de investimento sociais) que permitiriam encontrar os recursos necessários para o seu desenvolvimento. Isto é, não é concebível que as finanças que, historicamente, nasceram para favorecer a busca do bem comum devam continuar a servir exclusivamente daqueles que perseguem fins especulativos.

A criação de um mercado de capitais paralelo ao especulativo para financiar o Terceiro Setor produtivo também serviria para eliminar a grave anomalia italiana que faz com que a subsidiariedade dependa da tributação geral, o que é uma patente contradição pragmática. A ideia de dar à luz a uma *Bolsa Social* é conhecida e foi elaborada pela primeira vez na Itália, mas não consegue deslanchar. Agora, no entanto, a recente diretiz da Comissão Europeia fala explicitamente da exigência de criar uma “Bolsa Social Europeia” (estranho destino, o dos italianos!).

Não podemos continuar repetindo que o país precisa crescer e, depois, mortificar, como há tempo está acontecendo, o espírito empreendedor. A empresa é o motor do crescimento. A taxa de empreendedorismo diminuiu de modo preocupante ao longo do último quarto de século, especialmente entre os jovens e no Sul do país. O problema não é a

“É preciso enfrentar urgentemente a questão da relação entre vida familiar e vida de trabalho”

falta de talento individual. Ao contrário, é a falta de “capital conectivo” o verdadeiro gargalo. Depois da longa temporada dos distritos industriais, o nosso capital conectivo foi decrescendo progressivamente.

Uma frente imediata para se intervir é a da reforma fiscal. O sistema fiscal italiano defende, de modo ignóbil, a renda (financeira; imobiliária; burocrática), enquanto penaliza o salário e o lucro. Com uma cota da renda sobre o PIB de cerca de 33%, não poderá haver um crescimento sustentado e duradouro. A luta contra a evasão fiscal – em parte favorecida pelo atual regime fiscal – nunca poderá servir para compensar tal distorção com o objetivo do relançamento do empreendedorismo.

Uma segunda frente de ataque é a que diz respeito à responsabilidade social da empresa, ainda tímida demais no nosso país. É urgente instituir prêmios para os comportamentos virtuosos, tendo em mente que a virtude é mais contagiosa do que o vício! Portanto, deve ser mudada a infraestruc-

turação legal, superando a lógica da suspeita em relação àqueles que têm empresas. Por isso, é urgente chegar a um “estatuto das empresas”, em analogia ao que se faz com o “estatuto dos trabalhadores”.

Uma terceira frente é a da escandalosa desigualdade, seja pessoal, seja territorial, da renda. Sabemos que o aumento das desigualdades, além de um certo limite, desencoraja a inovação da empresa, porque reduz a perspectiva de crescimento da economia. Mas, acima de tudo, reduz o capital social (ou seja, a confiança generalizada) e coloca uma séria ameaça à paz social.

Leia mais...

- *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade*. Edição 185 do **Cadernos IHU Ideias**, disponível em <http://bit.ly/ihuid185>;
- *A ética católica e o espírito do capitalismo*. Edição 159 do **Cadernos IHU Ideias**, disponível em <http://bit.ly/ihuid159>;
- *Globalização e o pensamento econômico franciscano: orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate*. Edição 153 do **Cadernos IHU Ideias**, disponível em <http://bit.ly/ihuid153>;
- “Eficiência e justiça não bastam para assegurar a felicidade”: o valor do dom na economia. Entrevista especial com Stefano Zamagni, publicada nas **Notícias do Dia**, de 08-05-2011, disponível em <http://bit.ly/1nX9zJH>.

LEIA OS CADERNOS IHU
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

A dívida como dispositivo biopolítico de governo da vida humana

O filósofo Castor Bartolomé Ruiz aproxima os conceitos de Culpa e Dívida, para evidenciar os modos como a lógica sacrificial nos submete ao Capitalismo

POR MÁRCIA JUNGES E ANDRIOLLI COSTA

Em alemão, a palavra *schuld* é utilizada para significar “dívida” ou “débito”. Curiosamente, o mesmo termo pode ser utilizado, em outro contexto, no sentido de “culpa”. A ambiguidade não passa despercebida para Walter Benjamin, que chama atenção para o fato em *Capitalismo como Religião* (São Paulo: Boitempo, 2013). A partir desta reflexão, o filósofo Castor Bartolomé Ruiz discorre sobre os modos como o sacrifício foi incorporado secularmente no capitalismo na categoria de dívida. “A dívida se tornou, para o capitalismo, o meio de culpar a vida humana de modo a exigir dela o sacrifício necessário para compensar o que deve”, afirma ele.

“O dispositivo teológico do sacrifício foi interiorizado como técnica econômica de governo. O capitalismo financeiro só pode subsistir produzindo dívidas. Na hipótese de que não houvesse ninguém com dívidas, o capitalismo financeiro entraria em um colapso total. É a dívida que gera o lucro.” A culpa no Capitalismo, no entanto, não é expiante, mas é mais e mais culpabilizante, e seu único modo de remissão é o sacrifício através de um trabalho maior, mais extenuante ou mais explorador. Desta forma, alerta, “temos aqui sinalizado um dispositivo biopolítico de governo da vida humana”.

Nesta entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o filósofo retoma também a discussão sobre a entificação do Mercado

que, a princípio, não seria nada mais que uma forma de organizar a produção, a comercialização e as relações econômicas entre pessoas e sociedades, mas que passa a dominar e objetificar o homem. “O mercado foi ressignificado como se fosse uma entidade com natureza própria (...), cuja natureza se rege pelo interesse próprio dos indivíduos”, explica. Ruiz expõe ainda o egoísmo como estruturante do mercado, e afirma: “o egoísmo foi instituído como categoria antropológica da natureza humana que por sua vez estrutura o modo natural do mercado de se comportar”.

Castor Bartolomé Ruiz é graduado em Filosofia pela Universidade de Comillas, na Espanha, com mestrado em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e doutorado em Filosofia pela Universidade de Deusto, Espanha. É pós-doutor pelo Conselho Superior de Investigações Científicas. Atualmente é professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Filosofia da Unisinos. Entre outros, destacamos os seguintes livros de sua autoria: *Os paradoxos do imaginário* (São Leopoldo: Unisinos, 2003); *Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação* (Porto Alegre: Escritos, 2004) e *As encruzilhadas do humanismo. A subjetividade e alteridade ante os dilemas do poder ético* (Petrópolis: Vozes, 2006).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A partir da obra *O reino e a glória* (São Paulo: Boitempo, 2011), de Agamben¹, em que medida pode-se dizer que a lógica sacrificial da religião “entrou” no capitalismo?

Castor Bartolomé Ruiz – A obra de Agamben *O Reino e a Glória* é uma pesquisa sobre a arqueologia das formas de governo nas sociedades ocidentais e sua matriz teológica. Nela há referências ao sacrifício, porém sua tese principal é que o aparato conceitual do governo da vida, implementado nas modernas técnicas de governo e administração (como o contrato e o mercado, entre outras), foi desenvolvido nos debates teológicos sobre o governo providencial do mundo por Deus. A matriz teológica cristã retoma a pro-

“A vida endividada está condenada ao sacrifício”

blemática da filosofia estoica² sobre a providência do mundo, porém desenvolve a tensão que há entre a soberania imutável da natureza divina e o governo providente da liberdade humana. Segundo Agamben, essa fissura entre soberania e governo, que foi detectada pela teologia, se mantém como fissura da política ocidental tal e como a conhecemos na modernidade. Ela é a chave hermenêutica para compreendermos criticamente nossos dispositivos de governo e soberania.

Nesta obra, Agamben não desenvolve o que poderíamos chamar uma arqueologia política do sacrifício. Esta é uma pesquisa que talvez esteja por ser feita em toda sua profundidade e dimensão. Contudo, há reflexões que já esboçaram esta problemática. Destaco, entre outros, o fragmento de artigo de Walter Benjamin³: *O capitalismo como religião* (São Paulo: Boitempo, 2013). Neste ensaio, Benjamin explora a dimensão religiosa do capitalismo, em especial através de seu componente sacrificial. O sacrifício foi incorporado secularmente no capitalismo na categoria de dívida (*Schuld*, que também significa culpa).

Endividamento

Teologicamente, a genealogia do sacrifício se justifica como pagamento

2 **Filosofia Estóica:** Escola de filosofia helenística fundada em Atenas por Zenão de Cítio no início do século III a.C. Os estoicos ensinavam que as emoções destrutivas resultam de erros de julgamento, e que um sábio, ou pessoa com “perfeição moral e intelectual”, não sofreria dessas emoções (Nota da IHU On-Line)

3 **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. Sobre Benjamin, confira a entrevista *Walter Benjamin e o império do instante*, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à IHU On-Line nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da IHU On-Line)

de uma culpa, que é dívida contraída com a divindade. Através da dívida a vida humana se torna culpada, e por sua vez se vê obrigada a pagar com sacrifício. A culpa gerada pela dívida justifica a necessidade do sacrifício como dispositivo compensador. A vida endividada é uma vida culpada que deve sacrificar-se para pagar a dívida. A vida endividada está condenada ao sacrifício.

O capitalismo, analisa Benjamin, fez da dívida um de seus principais mecanismos de sustentação. A dívida se tornou, para o capitalismo, o meio de culpar a vida humana de modo a exigir dela o sacrifício necessário para compensar o que deve. O dispositivo teológico do sacrifício foi interiorizado como técnica econômica de governo. O capitalismo financeiro só pode subsistir produzindo dívidas. A dívida dos outros gera o lucro dos credores. Na hipótese de que não houvesse ninguém com dívidas, o capitalismo financeiro entraria em um colapso total. É a dívida que gera o lucro. Este dispositivo induz o capital a oferecer créditos fáceis para estimular o endividamento amplo. Quanto mais pessoas se endividarem, maior é o lucro que se obterá delas.

Dispositivo sacrificial da dívida

O dispositivo da dívida é constantemente ativado pelo capitalismo como meio de manter funcionando o sistema. A conjuntura em que vivemos de uma ampla oferta de crédito tem por objetivo manter e ampliar o dispositivo sacrificial da dívida como meio econômico de governar lucrativamente a vida dos outros. As pessoas endividadas terão que dedicar longos períodos de sua vida a trabalhar sacrificadamente para compensar a dívida adquirida. O trabalho para pagar a dívida representa a oferta do sacrifício desse tempo de vida para compensar a culpa inerente ao crédito. Quem se endivida terá que sacrificar-se. Para que o sistema de acumulação do lucro funcione, haverá que estimular o endividamento através do crédito relativamente fácil, embora com garantias.

O sacrifício, através da dívida, tornou-se um dispositivo gerador de lucro, mas também uma técnica de governo da vida humana. As vidas endividadas são vidas governadas pela

1 **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da Faculdade de Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Formado em Direito, foi professor da Università di Macerata, Università di Verona e da New York University, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo estadunidense. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanistas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da IHU On-Line, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. Além disso, de 16 de abril a 23 de outubro de 2013, o IHU organizou o ciclo de estudos *O pensamento de Giorgio Agamben: técnicas biopolíticas de governo, soberania e exceção*, cujas atividades integraram o I e o II seminários preparatórios ao XIV Simpósio Internacional IHU - *Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades*. (Nota da IHU On-Line)

culpa cujo único meio de remissão é o sacrifício através de um trabalho maior, mais extenuante ou mais explorado. Temos aqui sinalizado um dispositivo biopolítico de governo da vida humana.

Sacrifício em escala planetária

O caráter sacrificial do capitalismo também tem sido amplamente desenvolvido entre nós por estudos de pensadores como Franz Hinkelammert⁴, Hugo Assmann⁵, Jung Mo Sung⁶, entre outros. O capitalismo é um sistema econômico que planeja o sofrimento humano de uns como efeito colateral necessário para manter o lucro e o crescimento de outros. A lógica do benefício próprio que se contrapõe à procura do bem comum se legitima como algo natural. A naturalização desta lógica leva a aceitar socialmente que os mais espertos e capazes gerenciem o sistema de modo que seu interesse individual seja o motor natural da produção. Esse interesse individual, enaltecido pelo liberalismo econômico como algo inerente à natureza humana, traz como consequência, também supostamente “natural”, que muitos devam ser sacrificados.

O sacrifício forma parte das planilhas, das metas e dos resultados de ministérios, das corporações e das empresas que projetam um índice necessário de sacrifício humano para que o sistema funcione. Planeja-se

4 Franz Hinkelammert (1931): economista e teólogo alemão, conhecido por suas críticas teológicas ao capitalismo. (Nota da IHU On-Line)

5 Hugo Assmann: é professor na Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo. É doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG), Itália. É gaúcho, foi professor de teologia no Seminário de Viamão na década de 1960. Exilado, foi um dos pioneiros da teologia da libertação. Uma vez radicado na Costa Rica, iniciou uma importante pesquisa, juntamente com Franz Hinkelammert sobre Economia e Teologia. Já de volta para o Brasil, dedica-se aos temas da educação. (Nota da IHU On-Line)

6 Jung Mo Sung: é professor do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC-SP e da UESP. É também pesquisador do IFAN-USF. Autor de diversos livros, entre eles, *Competência e sensibilidade solidária: educar para esperança*, 2ª. ed., 2001, Vozes (em coautoria com Hugo Assmann); *Desejo, mercado e religião*, 3ª. ed., 1998, Vozes; *Teologia e Economia*, 2ª. ed., 1995, Vozes. (Nota da IHU On-Line)

um índice médio de desempregados, de pessoas que poderão morrer sem atendimento médico, de falta de moradia, de educação precária, etc. O sacrifício dessas pessoas é um efeito colateral planejado para que o sistema funcione corretamente. O capitalismo projeta um sacrifício em escala planetária, que o torna a religião mais universal que nunca existiu.

Objetivação do ser humano

O paradoxal do caráter sacrificial é que, em plena modernidade, o capitalismo retroagiu a economia política ao debate teológico ancestral entre os ídolos e o Deus da vida. Na revelação bíblica esse debate está bem caracterizado. O que diferencia o Deus da Vida dos ídolos é que estes necessitam dos sacrifícios humanos para existirem, enquanto o Deus da Vida nega o sacrifício como elemento constitutivo de sua revelação. Deus detém o braço de Abraão no sacrifício do filho. René Girard⁷ foi um pensador que destacou o caráter antissacrificial da cruz de Jesus. Sua morte política é a negação do valor do sacrifício porque assumiu o sacrifício em si mesmo para invalidá-lo.

O capitalismo é um sistema econômico que emula o ídolo. Subsiste a base do sacrifício humano. Sem o sacrifício humano, o capitalismo, como o ídolo, desapareceria. A genealogia do sacrifício coloca em questão muitas teologias do sacrifício, assim como desmascara o caráter sacrificial inerente ao capitalismo como sistema

7 René Girard (1923): filósofo e antropólogo francês. Partiu para os Estados Unidos para dar aulas de francês. De suas obras, destacamos *La Violence et le Sacré (A violência e o sagrado)*, *Des Choses Cachées depuis la Fondation du Monde (Das coisas escondidas desde a fundação do mundo)*, *Le Bouc Émissaire (O Bode expiatório)*, 1982. Todos esses livros foram publicados pela Editora Bernard Grasset, de Paris. Ganhou o Grande Prêmio de Filosofia da Academia Francesa, em 1996, e o Prêmio Médicis, em 1990. O seu livro mais conhecido em português é *A violência e o sagrado* (São Paulo: Perspectiva, 1973). Sobre o tema desejo e violência, confira a edição 298 da revista IHU On-Line, de 22-06-2009, disponível em <http://bit.ly/ihuon298>. Leia, também, a edição especial 393 da IHU On-Line, de 21-05-2012, sobre o pensamento de Girard, intitulada *O bode expiatório, o desejo e a violência*, disponível em <http://bit.ly/ihuon393>. (Nota da IHU On-Line)

que gera o sofrimento humano, dele se nutre e sem ele define.

Desde uma outra perspectiva, já Marx⁸ tinha apontado para o caráter idolátrico do mercado ao analisar a dimensão fetichista da mercadoria capitalista. No capitalismo, o fetichismo da mercadoria se desenvolve num duplo aspecto. No modo de produção capitalista, a mercadoria é um fim, e a mão de obra, um meio. O ser humano é objetivado, sacrificado no processo produtivo, como mero recurso material e biológico para a obtenção do fim primário da produção: a mercadoria. A mercadoria se humaniza e a vida humana se mercantiliza.

O ocaso das utopias e a ascensão da mercadoria

Num outro aspecto, a mercadoria capitalista incorporou um valor simbólico de troca para além do valor de uso. A compra e posse da mercadoria oferecem muito mais que seu valor material de uso. A mercadoria adquire, no atual modelo de mercado, um valor humano fetichista. Ela oferece felicidade, status, segurança, paz, alegria, bem-estar, etc. A mercadoria é portadora dos valores humanos mais nobres e utópicos. Numa época de niilismo pragmático, a mercadoria brilha como o novo horizonte utópico das aspirações sociais e individuais. De alguma forma podemos dizer que a nova utopia é a posse de mercadorias. A morte das utopias e das convicções fortes de nossas sociedades pós-metafísicas parece ter encontrado um ponto de escoamento

8 Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos *Cadernos IHU ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. (Nota da IHU On-Line)

da irrenunciável aspiração humana: a mercadoria.

A mercadoria toma o lugar dos valores e ideais humanos, os absorve, oferecendo uma felicidade material concreta na sua posse e desfruta material. Ela é o novo fetiche que oferece a ilusão de uma alienação sob aparência de felicidade irrestrita. O fetiche da mercadoria criou a promessa de redenção no novo paraíso do consumo. O Éden bíblico foi substituído pelo hedonismo mercantil.

A humanização fetichista de mercadoria é proporcional à objetivação mercantil da vida humana. Este processo fetichista desemboca no inevitável sacrifício da vida humana em prol da mercadoria. Esse sacrifício também se faz num duplo aspecto.

1) O processo produtivo adquire uma matriz biopolítica em que a vida humana é sacrificada para atingir as metas.

2) Na dinâmica de consumo, a vida humana é sujeitada por dispositivos de produção de desejos que, numa outra dimensão da matriz biopolítica, a tornam um meio útil para um fim eficiente.

IHU On-Line – Qual é a diferença entre o mercado medieval e o mercado hoje? Como se deu essa mudança de significados?

Castor Bartolomé Ruiz – Em primeiro lugar é conveniente firmar o princípio de que o mercado não é uma entidade natural com leis próprias. É uma instituição histórica criada a partir dos interesses em jogo. As chamadas leis do mercado são regulamentos e normatizações históricas criadas para seu funcionamento concreto. Da mesma forma que foram criadas, podem ser mudadas. Quanto mais complexas, mais difícil sua transformação. O mercado não é culpado de nada, nem é o salvador de ninguém. Ele é uma forma de organizar a produção, comercialização e relações econômicas entre pessoas e sociedades.

O mercado medieval não era uma instituição-chave da estrutura estamental daquelas sociedades, nem um dispositivo central da organização da sua estrutura de poder. Embora devêssemos fazer algumas distinções pertinentes sobre o mercado das ligas comerciais e os mercados das urbes,

“Sem o sacrifício humano, o capitalismo, como o ídolo, desapareceria”

em linhas gerais poderia se dizer que o funcionamento do mercado medieval que se praticava nas urbes estava organizado em torno do princípio do bem comum.

Embora no marco de economias e sociedades muito menos complexas que as nossas, o mercado durante toda a Idade Média tinha o princípio do intercâmbio justo das mercadorias. O conceito de justiça era central ao mercado e ao intercâmbio. O mercado era um espaço em que se visava estabelecer relações justas através das trocas equitativas. Por exemplo, se impedia a especulação pela escassez. Havia uma regulação e um controle baseado no bem comum sob o critério da troca justa e do lucro justo. Este modelo de mercado seguia os princípios clássicos da filosofia política clássica do bem comum, mantidos pelo ideal cristão dominante de que todo governo deve visar ao bem coletivo e evitar ao máximo a especulação dos interesses privados. Por isso, os filósofos e teólogos medievais condenavam a usura no mercado e proibiam os juros por serem um mecanismo expropriatório injusto de riqueza alheia.

Esta concepção de mercado foi possível porque o mercado medieval era uma instituição periférica do sistema político daquelas sociedades. A injustiça estrutural que eivava as sociedades estamentais na Idade Média não utilizava o mercado como dispositivo e tecnologia, algo que irá mudar a partir do século XVII.

O egoísmo como estruturante do mercado

Atualmente, a noção de mercado em voga foi construída a partir das mudanças conceituais e estruturais acontecidas no século XVII na Europa. A emergência dos novos modos

de produção baseados na acumulação privada de capital, assim como uma nova classe social dominante, a burguesia, desconstruiu o paradigma clássico do bem comum que legitimava os mercados medievais. Recuou os princípios do bem comum para as declarações formais do direito constitucional e liberou a economia dessa “intrusão”. O mercado, que era uma instituição periférica nas sociedades medievais, foi consolidado como um dispositivo central da nova política. Nascia a economia política.

O mercado foi ressignificado como se fosse uma entidade com natureza própria similar ao conceito de natureza humana criado nesse século. Assim, foi estruturado como uma entidade cuja natureza se rege pelo interesse próprio dos indivíduos. Ou seja, o egoísmo foi instituído como categoria antropológica da natureza humana que por sua vez estrutura o modo natural do mercado de se comportar.

O modelo antropológico do interesse próprio se mostrou muito eficiente na legitimação dos novos dispositivos reguladores da economia. O mercado tornou-se um dispositivo regulador das relações sociais e políticas, tendo como eixo legitimador a naturalidade do interesse próprio. Sua eficiência consiste em haver conseguido legitimar a desigualdade social como algo natural. Os mecanismos de concentração de riqueza e do poder através da acumulação privada do capital é concomitante ao despojamento de acesso ao poder e à riqueza das grandes maiorias sociais.

A desigualdade é produzida pelos mecanismos do mercado como algo normal. Naturalizam-se, por um lado, os dispositivos de concentração de poder em cartéis e oligopólios e, por outro, normaliza-se a necessidade das políticas sociais de sacrifícios inevitáveis, tudo referido a supostos dispositivos naturais de funcionamento do mercado.

Criadores e criatura

Este modelo de mercado tem-se complexificado enormemente a ponto de não mais conseguirmos perceber onde começa a criatura que fizemos e até onde estamos sendo criados à sua imagem e semelhança. A criatura parece devorar seus cria-

dores tornando-nos à sua imagem e semelhança. Para sobreviver, nos adaptamos às leis do mercado que nós criamos. Caso contrário, seremos incapazes de sobreviver. Por sua vez, as sociedades abandonadas à lógica da pura acumulação ilimitada imposta pelo modelo de mercado imperante encontram-se à mercê das decisões de poucas corporações que, administradas por uma minoria, conseguiram acumular poder e riqueza em escala planetária.

A última crise do capitalismo financeiro ocorrida em 2008 é uma pequena amostra das consequências reais a que conduz a lógica do “livre” mercado. Utiliza-se falaciosamente o símbolo de “liberdade” para legitimar uma prática oligopolizadora do poder pelos mercados. Atualmente, sociedades inteiras encontram-se presas a políticas de sacrifícios extremos provocadas pela crise de solvência a que conduziu o modelo de “livre mercado” implementado pelos acordos de Washington no modelo neoliberal.

IHU On-Line – Pode-se dizer que o mercado hoje é algo como uma “entidade metafísica”? Por quê?

Castor Bartolomé Ruiz – Desde sua ressignificação simbólica pela modernidade, foi conferida ao mercado uma série de qualidades próprias de um “ente” natural. O conceito de “mão invisível” idealizado por Adam Smith foi o ponto de partida do agigantamento da autonomia do mercado separando da ação humana a lógica de seu funcionamento. O mercado foi dotado de uma potência própria, semelhante à natureza científica dos objetos, cujas leis existem além da vontade humana e por ela devem ser respeitadas. Ele foi simbolizado com um naturalismo próprio que deve ser acatado pelas políticas dos Estados e as decisões sociais para que possa funcionar corretamente.

Apresenta-se o mercado como onipresente, pois está em todas as partes. Ele se mostra onipotente, pois consegue regular todas as relações econômicas, sociais, políticas, até afetivas. Ele é justiceiro porque premia os bons investidores e castiga os maus ou ineficientes. Estes são atributos divinos que se imanentizaram nesta instituição.

Embora cada vez as teorias críticas do mercado tenham maior ressonância, face às crises que desmascaram a falácia do seu naturalismo, continua a persistir o discurso hegemônico que caracteriza o mercado como uma entidade. Nos discursos vigentes dos dirigentes políticos e empresariais é comum falar do mercado com artigo determinado, como um sujeito. Atribui-se ao mercado propriedades e qualidades de um sujeito transcendental. O mercado regula, o mercado define, o mercado estipula. Inclusive atribuem-se ao mercado sentimentos: o mercado está nervoso, o mercado está inseguro, o mercado está feliz, etc.

Ainda que muitas destas metáforas sejam captadas em seu sentido metafórico, também é verdade que permanece um tipo de naturalização desta criatura chamada mercado, pela qual parece que nos confrontamos com uma entidade metafísica. Esta percepção é parte da estratégia ideológica (consciente ou não) pela qual, ao naturalizar um dispositivo de poder, mantém o caráter sacral, se legitima socialmente seu funcionamento e se tornam aceitáveis as consequências exigidas. Lembremos que durante séculos foi naturalizada a origem divina do poder, assim como agora se naturaliza a origem extrínseca do mercado. A consequência desta naturalização é que se evita a consciência crítica, precondição para sua transformação histórica.

Sob a capa da secularização

O caráter metafísico com que foi revestido o mercado remete às implicações políticas da secularização moderna. Agamben analisa criticamente o processo moderno de secularização. A modernidade pretendeu libertar o ser humano de determinações externas, como a religião, porém, sob aparência de secularização, em muitas de suas instituições e discursos imanentizou os dispositivos da sacralidade. A sacralidade se caracteriza por separar a realidade do uso comum das pessoas colocando-a num outro patamar, sagrado, em que se tornam inatingíveis para a vontade humana. Quando algo ou alguém é declarado sagrado, se retira imediatamente do uso comum e fica consagrado ao uso espe-

cial de acesso restrito a especialistas. A sacralidade impõe o especialista no lugar do povo. Só as pessoas devidamente preparadas e reconhecidas poderão lidar com o sagrado. As pessoas comuns se caracterizam por sua incapacidade natural de aceder ao uso das coisas sagradas. A sacralização impede o acesso das pessoas comuns àquilo que é sagrado porque está fora de seu alcance.

A modernidade racionalizou a realidade pretendendo dessacralizá-la através do dispositivo da secularização. Porém, em muitos casos, a secularização manteve instituições e realidades na condição de entidades inacessíveis à ação humana. Ou seja, sob a aparência de racionalização manteve o dispositivo da separação e dos especialistas como elementos constitutivos da racionalidade de muitas instituições modernas. O mercado, o Estado, a nação, a lei, as formas de governo, congresso, senado, circulação do capital, entre outros, aparecem revestidos de uma racionalidade própria que deve ser respeitada por ter uma natureza intrínseca que excede a ação humana. Parece que só especialistas podem conhecer e operar com essas racionalidades imanentes que a pessoa comum não compreende, ou não consegue atingir com suas decisões. São realidades sociais secularizadas que imanentizaram o dispositivo da sacralidade na forma de racionalidade intrínseca inacessível ao povo comum impedindo que a ação política dos sujeitos vulgares (vulgo) possa transformá-las.

Agamben propõe a retomada crítica da ação humana sobre as instituições econômicas, políticas e sociais que sob uma capa de secularizadas permanecem na condição de inacessibilidade para ação social direta. Para tanto, propõe a categoria da profanação. Aquilo que se profana é retirado de sua condição de inacessibilidade sacral para voltar ao domínio do uso comum das pessoas.

Profanação como categoria filosófica

As categorias teológicas oferecem a possibilidade de pensar uma filosofia crítica inovadora além da mera categorização conceitual habitualmente desenvolvida pelo pen-

samento ocidental. Esta perspectiva filosófica foi apontada agudamente por Benjamin nas suas teses sobre filosofia da história. Na tese I apresenta a teologia como se fosse um anão feio e escondido na penumbra da história porque os pensadores modernos não a valorizam. Porém, mesmo relegada à penumbra, a teologia continua a estar presente na trama dos fios da ação histórica. Agamben, com suas diferenças, também reflete esta perspectiva filosófica que retoma da teologia sugestões instigantes para pensar criticamente nossa realidade.

O uso político do conceito de profanação que Agamben propõe, ainda que seja uma contribuição inovadora, nos permite encontrar rastros claros de uma genealogia clássica desse conflito. Se tomamos como referência duas grandes figuras históricas como Sócrates e Jesus Cristo, perceber-se-á que, em ambos os personagens, a sentença oficial que os condenava à morte argumentava que foram profanadores. Sócrates profanou a lei da cidade corrompendo a juventude com novas ideias. Jesus profanou permanentemente as principais instituições de sua sociedade. Afirmou que a lei é para o homem, e não o homem para a lei; profanou o sábado, curando quando estava proibido; profanou o templo, expulsando os vendilhões; profanou deixando-se tocar por mulheres impuras, etc. A profanação foi uma estratégia utilizada, entre outros, por Sócrates⁹ e Jesus, em sociedades donde a sacralidade operava como dispositivo altamente eficiente para evitar que as pessoas comuns tivessem o poder de aceder ou transformar a realidade.

IHU On-Line – Tomando os escritos de Foucault em consideração, é correto afirmar que atualmente a economia funciona como normalizadora dos sujeitos? Por quê?

9 Sócrates (470 a.C.-399 a.C.): filósofo ateniense e um dos mais importantes ícones da tradição filosófica ocidental. Sócrates não valorizava os prazeres dos sentidos, todavia escalava o belo entre as maiores virtudes, junto ao bom e ao justo. Dedicava-se ao parto das ideias (Maiêutica) dos cidadãos de Atenas. O julgamento e a execução de Sócrates são eventos centrais da obra de Platão (*Apoloogia* e *Crítion*). (Nota da IHU On-Line)

“Numa época de niilismo pragmático, a mercadoria brilha como o novo horizonte utópico das aspirações sociais”

Castor Bartolomé Ruiz – Foucault dedicou uma parte significativa de suas últimas pesquisas a perfazer a genealogia dos dispositivos de governo da modernidade, que ele caracterizou como sendo dispositivos biopolíticos. Entre os dispositivos biopolíticos, Foucault destaca a segurança e também a economia. No curso ministrado entre 1978-1979, intitulado *Nascimento da biopolítica*, Foucault desenvolveu a genealogia da economia política moderna e contemporânea, chegando a analisar a genealogia do modelo neoliberal de economia.

A tese de Foucault é que os métodos modernos de governo, especialmente a economia, provocaram uma virada conceitual e prática em relação com a vida humana. Nas sociedades antigas, a vida humana natural, denominada pelos gregos de *zoé*, não era objeto de governo porque se considerava que era regida pelas leis ontológicas da natureza sobre as quais a vontade humana não tem poder. A modernidade, em especial os discursos econômicos, percebeu que o governo dessa vida humana natural, a vida biológica, era muito importante para a produção. Os novos conhecimentos de anatomia, estatística, organização espacial, etc., foram se deslocando paulatinamente para a produção de discursos sobre o aprimoramento do governo da vida humana no processo produtivo, nas instituições, pelo Estado.

Por exemplo, as modernas linhas de produção das fábricas surgem a partir de estudos sobre anatomia humana, o espaço e sua relação com a

eficiência produtiva. O que está em jogo nestes discursos é a instrumentalização da vida humana como meio útil para um fim outro: o lucro. A vida humana é objetiva como recurso natural do qual se podem extrair benefícios, lucros, eficiência, produtividade. O dispositivo biopolítico da economia coloca a questão de como governar de forma útil a vida humana, não para benefício da vida, senão para consecução de lucros. Essa lógica foi derivando numa crescente sujeição da vida humana ao conceito de recurso biológico com potencialidades inesgotáveis. Evidentemente que esse processo acontece num campo de tensões, resistências, cessões e ajustes de todas as partes implicadas. Mas o dispositivo biopolítico almeja o máximo de lucratividade com o mínimo de custo. Nessa equação a vida humana é capturada como recurso útil, e o nível de exploração será inversamente proporcional à sua resistência. Neste marco, o poder soberano, próprio das sociedades autoritárias pré-modernas, não mais era eficiente para governar capilarmente a vida humana. Fazia-se necessário desenvolver outras técnicas e dispositivos de governo que não fossem mais percebidos como autoritários, no sentido clássico do termo. Era prioritário criar dispositivos e técnicas que governassem a liberdade humana. Esta aparente aporia, governar a liberdade, constitui-se no âmago das técnicas de administração modernas, que são técnicas de governo da liberdade. Elas são eficientes quando conseguem que os sujeitos se sujeitem “livremente” às necessidades institucionais ou estruturais.

Foucault alcinhou uma expressão para indicar a diferença entre o poder soberano e o biopoder, que se tornou muito conhecida: *O poder soberano faz morrer e deixa viver, o biopoder faz viver e deixa morrer.*

Sujeição ou exclusão

Para conseguir este complexo objetivo, governar a liberdade, utilizou-se, entre outras, a técnica da norma. A norma, diferentemente da lei, tende a regular capilarmente os comportamentos. A norma estabelece os procedimentos corretos para que um sujeito seja aceito numa instituição ou processo. Ela regula, no mínimo

detalhe possível, todas as operações a serem desenvolvidas no tempo certo, no espaço concreto, com a eficiência desejada, atingindo as metas propostas, etc. O dilema do sujeito moderno é aceitar as normas que o sujeitam ou ser excluído. Ele deve decidir, mas a alternativa que lhe resta, a exclusão, é sempre a pior, por isso tende a sujeitar-se aos processos de normalização de conduta exigidos.

Não cabe dúvida de que vivemos em sociedades de normalização. Todas as instituições aprimoraram ao máximo as técnicas de normatização dos sujeitos nos diversos aspectos de sua vida. O tempo, o espaço, os resultados, a produção, os deslocamentos, etc., tudo é normatizado ao detalhe para que os indivíduos se ajustem institucionalmente às metas desejadas. Caso contrário, estão fora da normalidade definida, o que acarretará sua exclusão institucional por não ajustar-se à norma exigida.

Leia mais...

- *Agamben. Cadernos IHU em Formação*, edição 45, disponível em <http://bit.ly/1ynejNw>;
- *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua*. **Revista IHU On-Line**, edição 371, de 29-08-2011, disponível em <http://bit.ly/naBMm8>
- *O campo como paradigma biopolítico moderno*. **Revista IHU On-Line**,

edição 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nPTZz3>

- *O estado de exceção como paradigma de governo*. **Revista IHU On-Line**, edição 373, de 12-09-2011, disponível em <http://bit.ly/nsUUpX>
- *A exceção jurídica e a vida humana. Cruzamentos e rupturas entre C. Schmitt e W. Benjamin*. **Revista IHU On-Line**, edição 374, de 26-09-2011, disponível em <http://bit.ly/pDpE2N>
- *A testemunha, um acontecimento*. **Revista IHU On-Line**, edição 375, de 03-10-2011, disponível em <http://bit.ly/q84Ecj>
- *A testemunha, o resto humano na dissolução pós-metafísica do sujeito*. **Revista IHU On-Line**, edição 376, de 17-10-2011, disponível em <http://migre.me/66N5R>
- *A vítima da violência: testemunha do incomunicável, critério ético de justiça*. **Revista IHU On-Line**, edição 380, de 14-11-2011, disponível em <http://bit.ly/vQLFZE>
- *Genealogia da biopolítica. Legitimações naturalistas e filosofia crítica*. **Revista IHU On-Line**, edição 386, de 19-03-2012, disponível em <http://bit.ly/GHWSMF>
- *A bios humana: paradoxos éticos e políticos da biopolítica*. **Revista IHU On-Line**, edição 388, de 09-04-2012, disponível em <http://bit.ly/Hsl5Yx>
- *Objetivação e governo da vida humana. Rupturas arqueo-genealógicas e filosofia crítica*. **Revista IHU On-Line**, edição 389, de 23-04-2012, disponível em <http://bit.ly/JpA8G3>
- *A economia e suas técnicas de governo biopolítico*. **Revista IHU On-Line**,

edição 390, de 30-04-2012, disponível em <http://bit.ly/L2PyO1>

- *O advento do social: leituras biopolíticas em Hannah Arendt*. **Revista IHU On-Line**, edição 392, de 14-05-2012, disponível em <http://bit.ly/J88crF>
- *O trabalho e a biopolítica na perspectiva de Hannah Arendt*. **Revista IHU On-Line**, edição 393, de 21-05-2012, disponível em <http://bit.ly/KOOxuX>
- *Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo*. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz na **Revista IHU On-Line** edição 413, de 01-04-2013, disponível em <http://bit.ly/1aobf9t>.
- *A verdade, o poder e os modelos de subjetivação em Foucault*. Publicado nas **Notícias do Dia**, de 25-09-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em <http://bit.ly/GB38Nt>.
- *Genealogia do governo e da economia política*. Artigo de Castor Bartolomé Ruiz na **Revista IHU On-Line** edição 437, de 17-03-2014, disponível em <http://bit.ly/1jtTFnB>;
- *O poder pastoral, a economia política e a genealogia do Estado moderno*. Artigo de Bartolomé Ruiz na **Revista IHU On-Line** edição 446, de 16-06-2014, disponível em <http://bit.ly/XcRuRm>.
- *Forma de vida e os dispositivos biopolíticos de exceção e governamentalização da vida humana*. Entrevista com Castor Bartolomé Ruiz na **Revista IHU On-Line** edição 450, de 11-08-2014, disponível em <http://bit.ly/iuon450>.

LEIA OS CADERNOS TEOLOGIA PÚBLICA

NO SITE DO IHU

WWW.IHU.UNISINOS.BR

O domínio avassalador da economia sobre a política

“A animalização do humano é uma característica fundamental da política moderna e contemporânea, o que justificaria ainda mais que falássemos em zoopolítica, e não em biopolítica”, pondera Cláudio Oliveira

POR MÁRCIA JUNGES E LUCIANO GALLAS

“Dentro da perspectiva de Agamben, poderíamos dizer que a ideia de estado mínimo e da mão invisível do mercado estariam relacionadas com a decadência da dimensão política enquanto tal, na medida em que, no capitalismo, as coisas parecem se resolver apenas desde uma perspectiva econômica. A oposição entre econômico e político já está dada desde o livro I da *Política* de Aristóteles. O que Agamben nos ensina, desde o livro I de *Homo Sacer*, é que, ao contrário do que acreditava Aristóteles, que julgava que o econômico deveria estar submetido ao político, na modernidade temos a total submissão da política ao econômico, quando não simplesmente uma eliminação do primeiro pelo segundo. É de algum modo o sentido de toda a reflexão de Marx, sobretudo em *O Capital*”, afirma o filósofo Cláudio Oliveira.

Nesta entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o pesquisador analisa a obra de Giorgio Agamben e sua relação com o trabalho de pensadores dos mais variados ramos do conhecimento, debatendo as interações entre economia e política no atual sistema de produção hegemônico. “O que aconteceu no mundo moderno não foi propriamente uma cisão entre política e eco-

nomia, mas um domínio avassalador da primeira pela segunda, a ponto de reduzir a primeira, a política, a quase nada, ou, para usar um termo muito na moda, a um problema de gestão. Creio que o modo como se deu esse processo foi explicado do modo mais radical até hoje por Marx, quando nos mostrou que, a partir do capitalismo, os homens deixam de se encontrar no mercado, na medida em que são as mercadorias, e não os homens, que passam a se encontrar no mercado. Algo que Marx chamou de o fetichismo da mercadoria”, enfatiza.

Cláudio Oliveira da Silva é graduado, mestre e doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Atualmente, é professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal Fluminense – UFF. É membro, desde a sua fundação, do grupo de trabalho Filosofia e Psicanálise da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – ANPOF e da International Society of Psychoanalysis and Philosophy. Integra o Conselho Editorial da Coleção Filô, da editora Autêntica, na qual dirige a série Agamben – é o tradutor para o português usado no Brasil do livro *A comunidade que vem* (“*La Comunità che viene*” – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A partir das ideias de Agamben¹ em *O Reino e a glória* (*Il Regno e la Gloria*. Per una genealogia

teologica dell'economia e del governo – São Paulo: Boitempo Editorial, 2011), em que medida o capitalismo

pode ser compreendido como uma zoopolítica?

¹ **Giorgio Agamben** (1942): filósofo italiano. É professor da Facoltà di Design e arti della IUAV (Veneza), onde ensina Estética, e do College International de Philosophie de Paris. Formado em Direito, foi professor da Università di Macerata, Università di Verona e da New York University, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo estadunidense. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005),

Infância e história: destruição da experiência e origem da história (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da **IHU On-Line**, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética,*

política e direito, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. Além disso, de 16 de abril a 23 de outubro de 2013, o IHU organizou o ciclo de estudos *O pensamento de Giorgio Agamben: técnicas biopolíticas de governo, soberania e exceção*, cujas atividades integraram o I e o II seminários preparatórios ao *XIV Simpósio Internacional IHU - Revoluções tecnológicas, culturas, indivíduos e sociedades*. (Nota da IHU On-Line)

Cláudio Oliveira – Na verdade, a noção de zoopolítica foi por mim desenvolvida a partir do primeiro volume de *Homo Sacer*, “O poder soberano e a vida nua” (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010), e não a partir de “O Reino e a Glória” [segundo volume de *Homo Sacer*]. Após demonstrar já na Introdução de “O poder soberano e a vida nua” que há, em Aristóteles¹, no livro I da “Política”, uma distinção entre os termos gregos *bíos* e *zoé*, Agamben relaciona a discussão aristotélica com as investigações foucaultianas sobre a biopolítica. Mas o estranho é que, como o mostra o próprio Agamben, é o termo *zoé* que caracterizaria aquilo que hoje chamamos de vida biológica, enquanto o termo *bíos* estaria relacionado, segundo Aristóteles e de acordo com o próprio uso dessa palavra entre os gregos antigos, não com a vida que nós chamamos indevidamente de “biológica”, mas com aquela qualificada politicamente. A vida que nós chamamos hoje, indevidamente, de “biológica” deveria ser chamada, seguindo o sentido dos étimos gregos, de “zoológica”. Em grego *bíos* não diz respeito à vida biológica, mas à vida politicamente qualificada; *bíos* significa um modo de vida ou o modo como vivemos a vida, e não a vida no sentido biológico do termo. Estranhamente, ao se criar uma nova ciência na modernidade que estudava o fenômeno da vida, a biologia, se partiu do étimo grego que não tinha nada a ver com esse aspecto da vida. Foucault², ao criar

1 **Aristóteles de Estagira** (384 a.C.-322 a.C.): filósofo nascido na Calcídica, Estagira. Suas reflexões filosóficas - por um lado, originais; por outro, reformuladoras da tradição grega - acabaram por configurar um modo de pensar que se estenderia por séculos. Prestou significativas contribuições para o pensamento humano, destacando-se nos campos da ética, política, física, metafísica, lógica, psicologia, poesia, retórica, zoologia, biologia e história natural. É considerado por muitos o filósofo que mais influenciou o pensamento ocidental. (Nota da IHU On-Line)

2 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam

o termo biopolítica, não tem como referência o sentido grego da palavra *bíos*, mas já o sentido dado pelo surgimento da biologia como ciência na modernidade; ou seja, a biopolítica, para Foucault, é uma política em que a biologia tem um papel fundamental.

Agamben, no entanto, diferentemente de Foucault, tem total consciência do sentido grego do termo, mas, mesmo assim, para se manter referido a Foucault e às discussões que ele lançou, manteve o termo biopolítica. A meu ver, se levamos em consideração o sentido etimológico do termo, o mundo moderno e o capitalismo como seu “modus vivendi” fundamental, deveria ser entendido como uma zoopolítica, e não como uma biopolítica. Um outro argumento nesse sentido é que tanto em Foucault como em Agamben, assim como em Hannah Arendt³, a animalização do humano

com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores, como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições, a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada ‘*História da loucura*’ e *o discurso racional em debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des) governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cader nos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, **Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética**. (Nota da IHU On-Line)

3 **Hannah Arendt** (1906-1975): filósofa e socióloga alemã de origem judaica. Foi influenciada por Husserl, Heidegger e Karl Jaspers. Em consequência das perseguições nazistas, em 1941, partiu para os Estados Unidos, onde escreveu grande parte das suas obras. Lecionou nas principais universidades deste país. Sua

é uma característica fundamental da política moderna e contemporânea, o que justificaria ainda mais que falássemos em zoopolítica, e não em biopolítica. O autor que talvez mais tenha se aproximado da ideia de uma zoopolítica é Peter Sloterdijk⁴, em seu livro *Regras para o parque humano*.

IHU On-Line – Dentro desta perspectiva, como podemos compreender o estado mínimo e a “mão invisível” do mercado?

Cláudio Oliveira – Dentro da perspectiva de Agamben, poderíamos dizer que a ideia de estado mínimo e da mão invisível do mercado estaria relacionada com a decadência da dimensão política enquanto tal, na medida em que, no capitalismo, as coisas parecem se resolver apenas desde uma perspectiva econômica. A oposição entre econômico e político já está dada desde o livro I da *Política* de Aristóteles. O que Agamben nos ensina, desde o livro I de “*Homo Sacer*”, é que, ao contrário do que acreditava Aristóteles, o qual julgava

filosofia assenta numa crítica à sociedade de massas e à sua tendência para atomizar os indivíduos. Preconiza um regresso a uma concepção política separada da esfera econômica, tendo como modelo de inspiração a antiga cidade grega. A edição mais recente da IHU On-Line que abordou o trabalho da filósofa foi a 438, *A Banalidade do Mal*, de 24-03-2014, disponível em <http://bit.ly/ihuon438>. Sobre Arendt, confira ainda as edições 168 da IHU On-Line, de 12-12-2005, sob o título *Hannah Arendt, Simone Weil e Edith Stein. Três mulheres que marcaram o século XX*, disponível em <http://bit.ly/ihuon168>, e a edição 206, de 27-11-2006, intitulada *O mundo moderno é o mundo sem política. Hannah Arendt 1906-1975*, disponível em <http://bit.ly/ihuon206>. (Nota da IHU On-Line)

4 **Peter Sloterdijk** (1947): filósofo alemão. Desde a publicação de *Crítica da razão cínica*, é considerado um dos maiores renovadores da filosofia atual. Em 2004, encerrou sua trilogia *Esfemas* (Sphären), cujos primeiros volumes foram publicados em 1998 e 1999. Interessado na mídia, dirige *Quarteto filosófico*, programa cultural da cadeia de televisão estatal alemã ZDF. Tem inúmeras obras traduzidas para o português, como *Regras para o parque humano - uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo* (São Paulo: Estação Liberdade, 2000). No sítio do IHU On-Line, foram publicadas várias traduções de entrevistas concedidas pelo filósofo. Elas podem ser acessadas pela busca em www.ihu.unisinos.br. (Nota da IHU On-Line)

que o econômico deveria estar submetido ao político, na modernidade temos a total submissão da política ao econômico, quando não simplesmente uma eliminação do primeiro pelo segundo. É de algum modo o sentido de toda a reflexão de Marx⁵, sobretudo em “O Capital”.

IHU On-Line – Há uma cisão entre ética e economia? Como se deu esse processo?

Cláudio Oliveira – Na verdade não se trata, a meu ver, de uma cisão, nem de uma cisão entre ética e economia. A relação fundamental seria entre política e economia, a ética fazendo parte de um domínio dentro da política. O que aconteceu no mundo moderno não foi propriamente uma cisão entre política e economia, mas um domínio avassalador da primeira pela segunda, a ponto de reduzir a primeira, a política, a quase nada, ou, para usar um termo muito na moda, a um problema de gestão. Creio que o modo como se deu esse processo foi explicado do modo mais radical até hoje por Marx, quando nos mostrou que, a partir do capitalismo, os homens deixam de se encontrar no mercado, na medida em que são as mercadorias, e não os homens, que passam a se encontrar no mercado. Algo que Marx chamou de o fetichismo da mercadoria.

IHU On-Line – Quais são os nexos que unem a biopolítica à economia?

Cláudio Oliveira – Esses nexos são muitos, e o próprio Foucault se

deu conta deles, embora não os tenha desenvolvido a fundo. Mas ele nos mostra que uma biopolítica é condição fundamental para a instauração do capitalismo. A obra de Agamben é uma oportunidade para nos aprofundarmos nessa questão. Eu diria que o capitalismo é uma biopolítica (ou uma zoopolítica, se quisermos ser mais precisos), na medida em que o indivíduo e o cidadão se tornam para o governo um problema econômico.

IHU On-Line – Que conexões podem ser percebidas entre Lacan⁶ e Agamben?

Cláudio Oliveira – Na obra de Agamben, elas começam a aparecer já em seu segundo livro, *Estâncias* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007), no terceiro ensaio do livro, que é dedicado, dentre outros, a Jacques Lacan, e onde Agamben se utiliza da teoria psicanalítica, sobretudo lacaniana, para construir sua própria teoria do fantasma ou da fantasia. Essa referência permanecerá em livros posteriores, como “*Infância e História*”, mas tende a desaparecer depois, pelo menos de modo explícito. Em 1990, Agamben participou do Colóquio “Lacan avec les philosophes”, promovido pelo *Collège International de Philosophie*, do qual Agamben era um dos diretores de Programa. Apresentou, na ocasião, um texto intitulado “*Experimentum linguae*”, mesmo título que viria a dar ao

prefácio à edição francesa de *Infância e História*. O texto apresentado no colóquio, no entanto, jamais foi publicado. Tenho tentado, nos últimos anos, convencer Agamben a publicá-lo, mas até agora meus esforços foram em vão. Acho que é um texto que permitiria esclarecer alguns pontos obscuros da relação entre Lacan e Agamben.

O pensamento de Agamben, seu trabalho e obra são tão próximos de Lacan que exatamente essa proximidade tem que nos deixar atentos. Existe um conhecimento – depois de muitos anos de certo convívio com Agamben, tenho noção disso – por parte de Agamben da literatura psicanalítica. Um conhecimento por parte dele de certo Freud⁷, de certo Lacan, mas esse conhecimento não vai até o nível que imaginamos, pelo fato de vermos grandes coincidências. A meu ver, essas coincidências se devem menos a um conhecimento profundo da obra de Lacan ou de Freud por parte de Agamben, e mais a um certo conjunto de referências intelectuais compartilhadas no século XX: a antropologia estrutural de Lévi-Strauss⁸,

⁷ Sigmund Freud (1856-1939): neurologista, fundador da psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudou pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da psicanálise. Freud nos trouxe a ideia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam ainda muito debatidos hoje. A edição 179 da *IHU On-Line*, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível em <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 04-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível em <http://bit.ly/ihuon207>. A edição 16 dos *Cadernos IHU em formação* tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível em <http://bit.ly/ihuem16>. (Nota da *IHU On-Line*)

⁸ Claude Lévi-Strauss (1908-2009): antropólogo belga que dedicou a vida à elaboração de modelos baseados na linguística estrutural, na teoria da informação e na cibernética para interpretar as culturas, que considerava como sistemas de comunicação, dando contribuições fundamentais para a antropologia social. Sua obra teve grande repercussão e transformou, de maneira radical, o estudo das ciências sociais, mesmo

⁵ Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos *Cadernos IHU Ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da *IHU On-Line*, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da *IHU On-Line*, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. (Nota da *IHU On-Line*)

⁶ Jacques Lacan (1901-1981): psicanalista francês. Realizou uma releitura do trabalho de Freud, mas acabou por eliminar vários elementos deste autor (descartando os impulsos sexuais e de agressividade, por exemplo). Para Lacan, o inconsciente determina a consciência, mas ainda assim constitui apenas uma estrutura vazia e sem conteúdo. Confira a edição 267 da revista *IHU On-Line*, de 04-08-2008, intitulada *A função do pai, hoje. Uma leitura de Lacan*, disponível em <http://bit.ly/ihuon267>. Sobre Lacan, confira, ainda, as seguintes edições da revista *IHU On-Line*, produzidas tendo em vista o *Colóquio Internacional A ética da psicanálise: Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo”?* [*ne cède pas sur ton désir?*], realizado em 14 e 15 de agosto de 2009: edição 298, de 22-06-2009, intitulada *Desejo e violência*, disponível em <http://bit.ly/ihuon298>, e edição 303, de 10-08-2009, intitulada *A ética da psicanálise. Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo”?*, disponível em <http://bit.ly/ihuon303>. (Nota da *IHU On-Line*)

a linguística de Jakobson⁹, a referência hegeliana¹⁰, uma discussão com Foucault, com Derrida¹¹. A obra de Agamben constitui-se no mesmo terreno em que a psicanálise de Lacan se constituiu. Nesse cenário da filosofia do século XX – agora já do século XXI –, eu diria que a posição filosófica mais próxima da psicanálise lacaniana é a de Agamben, sem dúvida nenhuma. As possibilidades de fazer esse diálogo, então, são inúmeras.

provocando reações exacerbadas nos setores ligados principalmente às tradições humanista, evolucionista e marxista. Ganhou renome internacional com o livro *Les Structures élémentaires de la parenté* (1949). Em 1935, Lévi-Strauss veio ao Brasil para lecionar Sociologia na Universidade de São Paulo - USP. Interessado em etnologia, realizou pesquisas em aldeias indígenas do Mato Grosso. As experiências foram sistematizadas no livro *Tristes Trópicos* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996), publicado originalmente em 1955 e considerado uma das mais importantes obras do século XX. (Nota da IHU On-Line)

9 Roman Jakobson (1896-1982): linguista e crítico literário russo, um dos fundadores da fonologia. É autor de *Ensaio de linguística geral* e *Que é poesia?*, além de outros numerosos ensaios sobre linguística e crítica literária. (Nota da IHU On-Line)

10 Friedrich Hegel (1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores. Sobre Hegel, confira no link <http://bit.ly/ihuon217> a edição 217 da IHU On-Line, de 30-04-2007, intitulada *Fenomenologia do espírito*, de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1807-2007), em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. Veja ainda a edição 261, de 09-06-2008, Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. *Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <http://bit.ly/ihuon261>, e Hegel. *A tradução da história pela razão*, edição 430, disponível em <http://bit.ly/ihuon430> (Nota da IHU On-Line).

11 Jacques Derrida (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras, 1994), *O animal que logo sou* (São Paulo: UNESP, 2002), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade, 2004) e *Força de lei* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007). Dedicamos a Derrida a editoria Memória da IHU On-Line nº 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Quais são as ideias centrais da obra de Agamben “A comunidade que vem”?

Cláudio Oliveira – É difícil definir quais são as ideias centrais de um livro como “A comunidade que vem”. Há, sem dúvida, algumas noções que se repetem ao longo do livro, como, por exemplo, a noção de “qualquer”, que, não por acaso, é precisamente aquela que dá título ao primeiro capítulo do livro. A ideia central, embutida no uso dessa noção, poderia ser então descrita assim: qual é o estatuto dos indivíduos singulares numa comunidade por vir. Uma série de outras noções são então convocadas a fim de auxiliar o trabalho de descrição do que seria essa comunidade, tais como as noções de “limbo”, de “exemplo”, de “exterior”, dentre tantas outras. O que essas noções teriam em comum é o fato de todas elas porem em questão a ideia tradicional de comunidade, enquanto reunião de semelhantes fundada em uma noção de identidade. É impressionante como Agamben, neste livro, se servirá de referências as mais díspares, como a teoria dos conjuntos, a ideia de uma sociedade sem classes, os *cartoons*, as discussões teológicas sobre o princípio de individuação, etc.

IHU On-Line – Que desafios foram enfrentados na tradução desta obra?

Cláudio Oliveira – O desafio maior, como sempre, é manter-se fiel ao original, sobretudo no caso de uma obra de grande aventura literária, como “A comunidade que vem”. É sempre também um desafio descobrir as referências de Agamben, já que em muitos de seus livros ele faz citações sem dar referências bibliográficas.

IHU On-Line – Qual é a relação entre mística e linguagem em Giorgio Agamben?

Cláudio Oliveira – A questão da mística não é uma questão que poderíamos considerar central na obra de Giorgio Agamben. Eu diria que, embora fundamental, ela é uma questão sub-reptícia em sua obra: uma questão de fundo, essencial, mas que só ocasionalmente vem à frente. A questão da linguagem, ao contrário, é aquela que o próprio Agamben define

como a questão que ele quis pensar obstinadamente, como ele diz no prefácio que escreveu, em 1989, para a edição francesa de *Infância e História*: “Se para todo autor existe uma interrogação que define o *motivum* do seu pensamento, o âmbito que essas perguntas circunscrevem coincide sem resíduos com aquele em direção do qual se orienta todo o meu trabalho. Nos livros escritos e naqueles não escritos, eu não quis pensar obstinadamente senão uma só coisa: o que significa ‘há linguagem’, o que significa ‘eu falo’?”.

É interessante notar que, embora uma questão sub-reptícia, a questão da mística, em Agamben, é uma questão que insiste e aparece, em geral, relacionada à questão da linguagem ou a questões que estão, de algum modo, relacionadas à questão da linguagem. Desenvolvi esse tema numa conferência que deve ser publicada em breve sob o título “Mística e Linguagem”. Tratava-se de um encontro da sociedade ibero-americana de neoplatonistas, mas eu quis participar para mostrar que essa é uma questão que insiste não só em Agamben, mas também em Lacan. Agamben, aliás, em sua conferência inédita sobre Lacan, feita durante o colóquio *Lacan avec les philosophes*, lembra que Lacan quis que os seus “Escritos” fossem colocados entre os escritos dos místicos. Seria impossível reproduzir aqui toda a argumentação que eu desenvolvo na conferência citada, mas a ideia fundamental é a de que o místico não é algo que a linguagem não alcançaria a não ser através de uma experiência mística, mas, ao contrário, que isso que é o inalcançável para a linguagem, e, portanto, místico para ela, é ela mesma enquanto tal.

Leia mais...

- *O inédito de Agamben*. Artigo de Cláudio Oliveira publicado no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 25-11-2012, disponível em <http://bit.ly/1otlZ5O>.

Baú da IHU On-Line

Confira outras edições da **IHU On-Line** cujo tema de capa aborda autores e temas ligados à economia.



- *Dívida pública. Quem ganha? Quem perde?* Edição 440, de 07-04-2014, disponível em <http://bit.ly/1wndxDn>;
- *A economia internacional e o Brasil. A crise financeira e seus (possíveis) impactos.* Edição 372, de 05-09-2011, disponível em <http://bit.ly/1h7LG2b>;
- *A política econômica do governo Dilma. Continuidade ou mudança?* Edição 356, de 04-04-2011, disponível em <http://bit.ly/OrwMrC>;
- *Economia de baixo carbono. Desafios e oportunidades.* Edição 351, de 22-11-2010, disponível em <http://bit.ly/1g0BW5x>;
- *Economia brasileira. Desafios e perspectivas.* Edição 338, de 09-08-2010, disponível em <http://bit.ly/1mUcztP>;
- *Renda Básica de Cidadania, universal e incondicional. Um direito.* Edição 333, de 14-06-2010, disponível em <http://bit.ly/1hxb2Sq>;
- *A crise da zona do euro e o retorno do Estado regulador em debate.* Edição 330, de 24-05-2010, disponível em <http://bit.ly/1lFFsqA>;
- *A reestruturação do capitalismo brasileiro.* Edição 322, de 22-03-2010, disponível em <http://bit.ly/1e51hjs>;
- *Euclides da Cunha e Celso Furtado. Demiurgos do Brasil.* Edição 317, de 30-11-2009, disponível em <http://bit.ly/1e51qmV>;
- *O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes.* Edição 301, de 20-07-2009, disponível em <http://bit.ly/1eINBv6>;
- *Ecoeconomia. Uma resposta à crise ambiental?* Edição 295, de 01-06-2009, disponível em <http://bit.ly/1jnlLSG>;
- *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx.* Edição 278, de 21-10-2008, disponível em <http://bit.ly/1ss1otA>;
- *A crise financeira internacional. O retorno de Keynes.* Edição 276, de 06-10-2008, disponível em <http://bit.ly/ihuon276>;
- *Uma nova classe média brasileira?* Edição 270, de 25-08-2008, disponível em <http://bit.ly/1fWIVko>.

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

Tema
de
Capa

**Destques
da Semana**

IHU em
Revista

Destques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 09-09-2014 a 12-09-2014, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

A presença da mulher na Igreja: retórica sem mudanças significativas

Entrevista com Ivone Gebara, doutora em Filosofia pela Universidade Católica de São Paulo e em Ciências Religiosas pela *Université Catholique du Louvain*, na Bélgica
Publicada no dia 09-09-2014
Acesse o link <http://bit.ly/ihu090914>

A teologia feminista adotada por Ivone Gebara parte da aproximação “das dores e das perguntas das pessoas sem ter uma resposta arrumada e doutrinária” e “das situações reais onde as pessoas se encontram”. É assim que a teóloga católica, da ordem das irmãs de Nossa Senhora – Cónegas de Santo Agostinho, narra sua aproximação com o feminismo e como foi “levada a perceber” o quanto sua “maneira de fazer teologia não incluía os sofrimentos e sonhos das mulheres”. Por conta disso, foi necessário pensar uma teologia feminista. Para Ivone, “há uma grande diferença entre o fazer teológico feminista e o fazer teológico tradicional afirmado como atual teologia oficial da Igreja”. Segundo ela, apesar de a “afirmação comum”, “Deus é Deus”, refletir “o pensamento de muita gente”, há “múltiplas significações da palavra Deus”.

“As empresas não votam, mas são elas que elegem”

Entrevista com Gil Castello Branco, economista, fundador e secretário-geral da Associação Contas Abertas
Publicada no dia 10-09-2014
Acesse o link <http://bit.ly/ihu100914>

O ciclo eleitoral completo, com base nas últimas eleições presidenciais e municipais,

demonstra que o valor gasto nas campanhas políticas gira em torno de 10 bilhões de reais, afirma o economista Gil Castello Branco à **IHU On-Line**. “As eleições não só são caras, como estão cada vez mais caras, fazendo com que o poder econômico se torne, a cada eleição, mais significativo”, pontua. Para ele, o financiamento privado de campanha revela que “os empresários, cada vez mais, não doam, mas investem, ou seja, repassam recursos com a expectativa de ganhos futuros. Não é apenas por espírito democrático que eles fazem doações, inclusive, a candidatos adversários. Eles doam apenas com o intuito de manter uma boa relação com qualquer um dos candidatos que seja eleito”.

O deserto eleitoral. ‘O que é um programa de esquerda hoje em dia?’

Entrevista com Francisco de Oliveira, cientista social e professor aposentado do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo – USP
Publicada no dia 11-09-2014
Acesse o link <http://bit.ly/ihu110914>

“Até chegarem as eleições, mais de um ano depois, o que poderia ser consequência das manifestações de junho já se apagou”, afirma o cientista social Francisco de Oliveira à **IHU On-Line**, ao avaliar possíveis impactos das manifestações de rua na escolha do candidato à Presidência da República deste ano. Para ele, os protestos foram efusivos, mas não se viu nem nos partidos nem nos candidatos consequências das manifestações. “É lamentável, porque mostra que a política circula em áreas distantes das manifestações populares.” Para ele, as manifestações não terão impacto na disputa eleitoral por serem efêmeras e terem pouca duração, “o que é normal, porque não

têm folego para atravessar meses de um deserto eleitoral”. E reitera: “Elas estão apenas na memória de pessoas como eu e você que gostamos de política, mas na maior parte da população, isso já passou. Até os candidatos já se esqueceram das manifestações”.

Teologia índia: “O Reino de Deus passa também pela construção de utopias ou sonhos de futuro”

Entrevista com Eleazar López Fernández, teólogo e filósofo mexicano, do Centro Nacional de Ayuda a las Misiones Indígenas – CENAMI

Publicada no dia 12-09-2014
 Acesse o link <http://bit.ly/ihu120914>

Um dos primeiros teólogos indígenas a trabalhar com a teologia índia na América Latina, Eleazar López Fernández analisa a repercussão desta teologia no continente e sua relação com o cristianismo. Segundo ele, em entrevista à **IHU On-Line**, a teologia indígena “distingue-se de outras vertentes teológicas cristãs porque tem sua raiz e origem antes e fora do cristianismo, e pode prosseguir seu caminho sem relação com a fé cristã”. Hernández destaca ainda o papel político, econômico e social a ser desempenhado pela teologia índia, como “uma proposta que os indígenas fazem para o resto da sociedade e das Igrejas, assinalando que a cosmovisão e os valores dos povos podem ser uma alternativa de vida para toda a humanidade”.

Acesse o facebook do Instituto Humanitas Unisinos - IHU e acompanhe nossas atualizações facebook.com/InstitutoHumanitasUnisinos

The screenshot shows the Facebook profile of Instituto Humanitas Unisinos. At the top, there's a search bar and navigation links. The cover photo is a black and white image of a hand holding three lit candles. Below the cover photo is the profile picture, a stylized logo consisting of concentric arcs. The name 'Instituto Humanitas Unisinos' is displayed, along with the text '9.267 curtiram · 1.510 falando sobre isso'. There are buttons for 'Curtir' and 'Mensagem'. Below this, there are several tabs: 'Mídia/Notícias/Publicação', 'Fotos', 'Opções "Curtir"', 'Eventos', and 'Promoções'. The 'Mídia/Notícias/Publicação' tab is active, showing a post with the text: 'Mídia/Notícias/Publicação Instituto Humanitas Unisinos - IHU, São Leopoldo/RS Visite nosso site: <http://www.ihu.unisinos.br/> Para entrar em contato, envie e-mail para: Sobre - Sugerir uma edição'. To the right, there are several sponsored posts, including one for 'MBA FGV' and another for 'Academia Social'. At the bottom, there's a 'Destaques' section showing a post from the page and a '25 Amigos' section with a grid of profile pictures and a '+16' button.

Entrevista da Semana

“A vida é uma sequência de memórias”

O médico Ivan Izquierdo reflete sobre a importância da memória para a vida humana e os modos como esta é impactada pela tecnologia

POR RICARDO MACHADO E ANDRIOLLI COSTA

Do ponto de vista biológico, a memória é elemento fundamental para a vida humana, e ocupasse do ato de caminhar até o reconhecimento do perigo. Conforme o professor e médico Ivan Izquierdo, a importância da memória está intimamente ligada ainda ao funcionamento do corpo. “Todos os processos metabólicos de qualquer organismo são sequências de processos bioquímicos bem estabelecidos onde cada um depende do anterior. Cada um deve se lembrar do anterior”. E afirma: “Sem memória não há vida. É possível, inclusive, dizer que a vida é uma sequência de memórias”.

Mas de que forma as revoluções tecnológicas afetaram nossa memória? De que modo os periféricos digitais colaboram para expandir as fronteiras entre lembrança e esquecimento? Nesta entrevista, concedida por telefone à **IHU On-Line**, Izquierdo reflete sobre estas problemáticas, e de-

fende: “O computador não pode me mudar, mas o uso que eu faço dele, sim. O que meu cérebro faz com os dados fornecidos pelo computador pode modificar sinapses – e a memória se guarda justamente modificando sinapses”.

Ivan Izquierdo é graduado em Medicina, com doutorado em Farmacologia pela Universidad de Buenos Aires – UBA. Seu pós-doutorado, em }Neuropsicofarmacologia, foi pela University of California – UCLA. Professor Titular de Medicina, é coordenador do Centro de Memória da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS e coordenador científico de seu Instituto do Cérebro. Membro de 21 sociedades científicas do país e do exterior, é autor, entre diversas obras, de *Memória* (Porto Alegre: ArtMed, 2011), *Releituras do óbvio* (São Leopoldo: Unisinos, 2006) e *A arte de esquecer* (Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De que maneira a revolução tecnológica que estamos vivendo, da nanobiotecnologia, impacta em nosso modo de compreender o conceito de memória tradicionalmente concebido pela medicina, por exemplo?

Ivan Izquierdo – O conceito de memória talvez não tenha mudado, mas graças à revolução tecnológica conseguimos compreender muito mais os mecanismos da memória. Avançamos mais neste sentido do que nos últimos 200 anos, sem dúvida. Mais do que um avanço dos aparelhos eletrônicos, a grande evolução veio dos processos químicos do funcionamento cerebral. Esta era uma área praticamente desconhecida duas décadas atrás e

hoje se tornou fartamente conhecida. Conhecemos os mecanismos bioquímicos que fazem a memória, os lugares onde elas são feitas.

Quantitativamente é impossível dizer, pois estas coisas não têm medida, mas é como ouvir uma música de longe pela primeira vez e conhecer a partitura completa para dirigir a orquestra. Meus alunos de graduação, quando leem o que profissionais destacados escreviam sobre o cérebro 15 ou 20 anos atrás, riem. Quando veem o que se escrevia há 50 anos, às vezes se interessam pelo valor histórico, mas é como ler um conto cômico. As coisas que fazemos hoje em qualquer laboratório onde se trabalha a memória são

completamente incompreensíveis para um sujeito de 100 anos atrás.

IHU On-Line – Qual a importância da memória para a nossa sobrevivência?

Ivan Izquierdo – Se não nos lembrássemos de que certas coisas são perigosas, morreríamos no instante seguinte. Por exemplo, quando tenho que atravessar a rua, preciso lembrar que o carro pode me atropelar, que ele vem em uma direção, se a velocidade que ele está vindo é compatível com a que eu preciso empreender para atravessar na frente dele, enfim. Tudo isso devo me lembrar à perfeição, porque envolve risco de vida. Precisamos aprender (e lembrar) como se usa uma

escada; se há elevador, como se usa... Até mesmo para andar é preciso lembrar que se deve colocar uma perna na frente e depois a outra. Sem memória não há vida. É possível, inclusive, dizer que a vida é uma sequência de memórias. O coração precisa lembrar que fez uma sístole¹ para bioquimicamente ter condição de fazer uma diástole. Todos os processos metabólicos de qualquer organismo são sequências de processos bioquímicos bem estabelecidos onde cada um depende do anterior. Cada um deve se lembrar do anterior.

IHU On-Line – Como o esquecimento, também, torna-se essencial para que possamos viver?

Ivan Izquierdo – Em primeiro lugar, porque não cabe tudo. Nós temos capacidade de armazenar uma quantidade de informação finita. É uma capacidade muito extensa, mas não é possível guardar tudo. E nem ao mesmo tempo. A vida diária exige mais o uso desse tipo de seleção de memória, que chamamos multitarefa. Mas mesmo o multitarefa tem um limite também. Existe um determinado número de tarefas que podemos fazer ao mesmo tempo, com alguma prática, mas não são muitas.

IHU On-Line – Qual o impacto das novas tecnologias em nossos processos de construção de memória? Os dispositivos móveis eletrônicos de armazenamento de memórias contribuem ou prejudicam nossa capacidade memorial? Por quê?

Ivan Izquierdo – A nossa capacidade de memória agora é muitíssimo maior, pois temos periféricos onde guardá-las e utilizá-las. Podemos crescer, decrescer, apagar, modificar, acessar o sistema de processamento de texto. Agora uma máquina faz isso pelo cérebro. Se eu quero saber agora, nos próximos 10 minutos, quais os principais passos metabólicos para uma sístole cardíaca, vou na internet e vou saber isso em muito menos de 10 minutos. Assim, aumentou o acesso do cérebro aos dados e a capacidade e velocidade de processá-los.

IHU On-Line – Fotografias, agendas de telefone, diários e mais recen-

¹ **Sístole e diástole:** período de contração muscular das câmaras cardíacas que alterna com o período de repouso, diástole. (Nota da IHU On-Line)

temente toda a sorte de aparelhos eletrônicos podem ser considerados como banco de dados de memórias ou como dispositivos de acionamento de nossa memória cerebral? Por quê?

Ivan Izquierdo – São bancos de dados, sim, mas também dispositivos para mudar nossa memória, fazê-la crescer, diminuir... O computador não pode me mudar, mas o uso que eu faço dele, sim. O que meu cérebro faz com os dados fornecidos pelo computador pode modificar sinapses – e a memória se guarda justamente modificando sinapses.

IHU On-Line – Como a ideia muito corrente há 20 anos de que o cérebro se pareceria a um computador, com circuitos fixos, foi superada em nome de uma perspectiva mais aberta atribuindo novas e mais elásticas funções aos neurônios? Esta visão mais contemporânea do funcionamento cerebral está mais alinhada ao ponto de vista do software livre, sempre aberto e possível de ser expandido?

Ivan Izquierdo – Foi superada por uma perspectiva muito mais aberta. O cérebro se assemelha em alguns aspectos ao computador, mas em outros lembra mais uma vasilha cheia. O cérebro está constantemente mudando. Apesar da idade, todos nós somos hoje mais do que ontem. Aprendemos coisas, deletamos algumas, perdemos várias. As memórias na verdade são apenas frações mínimas do que interagimos a cada dia. Por exemplo, ao pensar na tarde de ontem, não conseguimos lembrar mais do que 10 minutos sobre todo aquele período. A menos que tenha acontecido algo fantástico, ou que tenhamos visto um filme fantástico, a maior parte do que vemos é esquecida segundos depois. O melhor médico do mundo pode contar tudo que sabe sobre medicina em menos de uma manhã. Eu posso relatar minha infância em todos os altos e baixos, com os conteúdos imensos que aprendi durante esse período, em poucas horas.

A maior parte da informação que processamos é perdida em seguida e desaparece por completo. Então, quando Freud² dizia que era possível lembrar

² **Sigmund Freud** (1856-1939): neurologista, fundador da psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudou pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e

todas as memórias da infância, isso não era verdade. Naquela época não sabíamos nada de neuroanatomia, não sabíamos nada de neuroquímica e muito menos computação. Era fácil dizer isso quando se sabia tão pouco. Eu tenho um curso de pós-graduação que tem quatro ou cinco alunos. Não sei o nome de nenhum deles. Eles também não devem estar seguros se “Izquierdo” é com Z ou com S. Nós esquecemos as coisas, mas com o pouco que nos sobra fazemos tudo que há no mundo.

IHU On-Line – De que maneira as novas concepções que existem sobre o funcionamento cerebral são também resultado de novas formas de compreensão do nosso tempo, menos binárias e mais complexas?

Ivan Izquierdo – De que forma não sei, mas sem dúvida há uma influência tremenda. Partes de nosso cérebro funcionam de forma binária, porém as estruturas cerebrais, em seu todo, funcionam de forma complexa.

IHU On-Line – Deseja acrescentar mais alguma coisa?

Ivan Izquierdo – A cultura tecnofóbica é uma ignorância. Quem tem este pensamento está perdendo o mundo. Este é um mundo cada vez mais técnico, é preciso conhecer a tecnologia para entendê-lo.

Leia mais...

- *Esquecimento e memória do ser.*

Edição 53 da **IHU On-Line**, de 12-05-2003, disponível em <http://bit.ly/1q74HRR>.

Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da psicanálise. Freud nos trouxe a ideia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam ainda muito debatidos hoje. A edição 179 da **IHU On-Line**, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível em <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 04-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível em <http://bit.ly/ihuon207>. A edição 16 dos **Cadernos IHU em formação** tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível em <http://bit.ly/ihuem16>. (Nota da **IHU On-Line**)

Acompanhe as notícias do dia através do IHU no Facebook



Curta a nossa fanpage
fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos

Eventos IHU

| | |
|--|--|
| <p>XVI SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU COMPANHIA DE JESUS DA SUPRESSÃO À RESTAURAÇÃO</p> <p>De 10/11 a 13/11 de 2014 no Univesum em São Leopoldo/RS.</p> | <p>Programação XIV Simpósio Internacional IHU Revoluções tecnocientíficas, culturais, indivíduos e sociedades</p> <p>21 a 23 de outubro</p> |
| <p>IHU ideias</p> | <p>XVII Colóquio Filosofia Unisinos Filosofia e Bioética: entre o cuidado e administração da vida</p> <p>15/10/2014 a 17/10/2014</p> |

Confira toda a programação através do site
<http://www.ihu.unisinos.br/eventos/agenda>

Entrevista da Semana

Corpo audiovisual – As implicações do capitalismo tardio na reconfiguração do humano

Para a pesquisadora Nísia Martins do Rosário, as revoluções tecnológicas são potencialmente positivas, entretanto a inclinação meramente mercadológica deve ser posta em causa

POR RICARDO MACHADO

“O paradigma da felicidade embasada no progresso perdeu credibilidade na modernidade e, por isso mesmo, contemporaneamente instituiu-se um novo questionamento acerca das verdades, da felicidade e das metas sociais. Os mecanismos da ordem da produção, entretanto, não estão esquecidos, a sociedade do capitalismo tardio aplica a regra da *liberação do fluxo do desejo para atingir o consumo*. Essa abertura, por certo, estimula a aquisição de bens materiais, provocando, necessariamente, a atenção redobrada ao corpo, à saúde, ao prazer e à sexualidade”, argumenta a professora doutora e pesquisadora Nísia Martins do Rosário, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

Ao debater sobre as reconfigurações do corpo na tecnocultura, a entrevistada sustenta que a vontade do ser humano de recriar a si próprio encaminhou as buscas pelo tecnológico, mas reconhece as limitações desse processo. “Nessa mesma via a medicina altera aparências em prol da estética com cirurgias plásticas, implantes, entre outros. Contudo, é preciso lembrar que essas inovações tecnológicas não estão disponíveis a todos os corpos que delas necessitam ou pensam necessitar. Entram aí variáveis econômicas que se cruzam com a tecnologia”, argumenta. “Na esteira da industrialização, há um atrelamento cada vez maior do ser humano à técnica e à tecnologia. Os meios de comunicação pegam carona com os avanços tecnológicos e, ao mesmo tempo que se aperfeiçoam, funcionam como propulsores da reprodutibilidade técnica do corpo”, destaca.

Para a pesquisadora, os filmes trazem à tona desafios éticos e “questionam as possibilidades de as tecnologias serem nocivas ao humano. Não há mais, como outrora houve no cinema, a ideia da tecnologia como algo à parte do corpo humano, sendo objeto facilmente identificável pela distinção. A tecnologia, agora, está dentro do próprio homem, invisível, mas onipresente, já que a principal forma de domínio do homem sobre o artificial é a conexão mental”. Por fim, argumenta que os avanços tecnológicos permitem avanços e melhorias na vida cotidiana, mas coloca em causa uma inclinação mercadológica que, avalia, deve ser questionada. “A quem pertence o domínio técnico? Se os interesses técnicos e financeiros se sobrepõem aos progressos genéticos e cibernéticos, qual o preço a ser pago para ser parte da hegemonia? E o que é, afinal, ser humano?”, provoca.

Nísia Martins do Rosário é professora e pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, no curso de Comunicação Social e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Possui graduação em Comunicação Social – Habilitação Jornalismo e mestrado em Comunicação pela Unisinos. Realizou doutorado em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica – PUCRS. A ênfase de suas investigações é em Comunicação Visual e integra o Grupo de pesquisa semiótica e cultura da comunicação – Gpesc e o grupo de pesquisa Processos comunicacionais: epistemologia, mediatização, mediações e recepção – Processocom.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que implicações e transformações as tecnologias contemporâneas trouxeram àquilo que entendemos como corpo?

Nísia Martins do Rosário – São muitas as implicações e transformações do corpo no mundo contemporâneo, mas é importante entendê-las como movimento contínuo, como processo complexo, articulado por diferentes variáveis, entre as quais as inovações tecnológicas. Ao longo da história da civilização o corpo sempre foi afetado por tecnologias das mais variadas, mas não com tanta velocidade e impacto como hoje em dia. Tentando responder de forma direta à pergunta, entendo que o corpo contemporâneo está mais potente porque aparatado pelas tecnologias que o tornam, de certa forma, um ciborgue. Se entendermos ciborgue na sua forma mais básica, veremos que o termo vem da junção dos prefixos *cybernetic* + *organism* e que, portanto, serve para representar a simbiose entre o orgânico e o inorgânico, e é justamente nesse último que o corpo se apoia para melhorar sua performance. De certa maneira, somos todos ciborgues se a tecnologia estiver ligada a nós, por exemplo, com o uso de óculos. Considerando a abrangência da noção de prótese, a classe dos ciborgues pode agrupar um número significativo de exemplares. O avanço tecnológico e a vontade do ser humano de recriar a si mesmo encaminharam as buscas pelo tecnológico. De certa forma, no início do século XXI a maioria dos seres humanos é um pouco prótese, um pouco reinvenção ou recriação.

Num contexto mais cotidiano, pode-se pensar, por exemplo, em como os avanços na área da medicina permitiram o prolongamento de vidas, a solução de problemas de saúde e a facilitação nos cuidados com o físico, inclusive com próteses diversas, implantes de chips, microcâmeras que percorrem os órgãos internos. Nessa mesma via a medicina altera aparências em prol da estética com cirurgias plásticas, implantes, entre outros. Contudo, é preciso lembrar que essas inovações tecnológicas não estão disponíveis a todos os corpos que delas necessitam ou pensam necessitar. Entram aí variáveis econômicas que se cruzam com a tecnologia.

Ainda nessa perspectiva, as Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs permitem que pessoas possam interagir não presencialmente, numa ambiência de velocidade e instantaneidade. Os corpos, nesse caso, se conectam pela mediação da internet e, se agora é possível interagir com pessoas que não víamos há muito tempo, que estão distantes geograficamente, e até mesmo fazer cybersexo, alguns defendem que as pessoas não mais se comunicam, ficam presas em suas casas e às suas máquinas, um corpo que não age, um corpo preguiçoso do contato “real”. Enfim, há controvérsias sobre as implicações das tecnologias no corpo, mas entendo que isso seja muito positivo e faz parte do processo humano.

IHU On-Line – Que corpo é esse que emerge na tecnocultura? Como se difere do conceito moderno e até mesmo medieval de corpo?

Nísia Martins do Rosário – De acordo com Braunstein¹ e Pépin² (O lugar do corpo na cultura ocidental. São Paulo: Piaget, 2003), é possível afirmar que, ao longo dos séculos predominam no mínimo três formas diferentes de reflexão sobre o corpo: a ênfase na matéria e no seu controle e disciplina; a ênfase no espírito/razão e a busca da transcendência; e por fim, a harmonia entre a matéria e a parte abstrata. Entendo que essa última forma é a mais adequada para pensar o corpo, mas todas elas foram se tensionando ao longo da história.

O ponto de vista que enfatiza o espírito e a razão em detrimento do físico tem parte de sua *episteme* ligada a um conceito de corporificação vinculado ao entendimento modernista, à organização dual da sociedade, capaz de criar classificações de forma binária, assimétrica e polarizada (mente

e físico). Pelo ponto de vista da articulação dual, o corpo operaria apenas como um mediador da mente ou da alma para com o mundo.

Mesmo se na Antiguidade já se pensava o ser humano como constituído por um corpo físico e uma outra parte subjetiva, a partir de Descartes³ (Iluminismo) essa divisão dual foi consolidada e, conseqüentemente, o físico passou a estar a serviço da razão, a *rex cogitans*. A sociedade ocidental, paulatinamente, parece ter incorporado esses sentidos, ampliando essa dualidade para outros preceitos como: espírito/matéria; masculino/feminino; branco/preto; dominante/dominado; civilizado/primitivo; culto/inculto; letrado/analfabeto; desenvolvido/subdesenvolvido.

Na esteira da industrialização, há um atrelamento cada vez maior do ser humano à técnica e à tecnologia. Os meios de comunicação pegam carona com os avanços tecnológicos e, ao mesmo tempo que se aperfeiçoam, funcionam como propulsores da **reprodutibilidade técnica do corpo**. A reprodução do corpo não fica mais somente no âmbito da pintura, do desenho e da escultura, ela, agora, pode atingir uma diversidade maior de indivíduos e apresentar um grande número de cópias, de poses, de formatos. O Instagram é um exemplo disso. Assim, o corpo pode ser mostrado, exibido, copiado, clonado, multiplicado, colocado em movimento sempre como signo.

Deve-se levar em conta também que o paradigma da felicidade embasada no progresso perdeu credibilidade na modernidade e, por isso mesmo, contemporaneamente instituiu-se um novo questionamento acerca das verdades, da felicidade e

³ **René Descartes** (1596-1650): filósofo, físico e matemático francês. Notabilizou-se sobretudo pelo seu trabalho revolucionário da Filosofia, tendo também sido famoso por ser o inventor do sistema de coordenadas cartesiano, que influenciou o desenvolvimento do cálculo moderno. Descartes, por vezes chamado o fundador da filosofia e matemática modernas, inspirou os seus contemporâneos e gerações de filósofos. Na opinião de alguns comentaristas, ele iniciou a formação daquilo a que hoje se chama de racionalismo continental (supostamente em oposição à escola que predominava nas ilhas britânicas, o empirismo), posição filosófica dos séculos XVII e XVIII na Europa. (Nota da IHU On-Line)

¹ **Florence Braunstein**: é doutora em literatura, professora, escritora e diretora da coleção chamada *Le corps*, da editora L'Harmattan, que aborda o problema do corpo nas ciências humanas, quer do ponto de vista da filosofia, literatura, sociologia e antropologia. (Nota da IHU On-Line)

² **Jean-François Pépin**: é doutor em filologia, professor de história e geografia e dá aulas preparatórias de Relações Internacionais para alunos em escolas de negócios internacionais. (Nota da IHU On-Line)

das metas sociais. Os mecanismos da ordem da produção, entretanto, não estão esquecidos, a sociedade do capitalismo tardio aplica a regra da **liberação do fluxo do desejo para atingir o consumo**. Essa abertura, por certo, estimula a aquisição de bens materiais, provocando, necessariamente, a atenção redobrada ao corpo, à saúde, ao prazer e à sexualidade.

Se, na modernidade, o corpo perdeu definitivamente seu caráter uno, dividindo-se em dois – matéria física e a parte abstrata representada pela alma –, na contemporaneidade, **o corpo é a própria fragmentação**, parte-se em pedaços que adquirem significados próprios. O físico, agora, se *de-compõe* em músculos, glúteos, coxas, seios, bocas, olhos, cabelos, órgãos genitais, quadris, entre outras partes. Não se pode deixar de pensar, também, que a parte abstrata do ser humano recebeu sua cota de divisões. Ao que parece, coexistem dentro do corpo físico o espírito, a alma, a inteligência e a psiquê, todos com funções distintas e problemas particulares. A mídia – através dos recursos de pautas, *closes*, ângulos, recortes, edições – é a grande propulsora desse traço, transformando cada parte do corpo em um texto gerador de sentidos.

O corpo assume, então, um valor de significação que está intimamente ligado ao subjetivo, ao motivado (buscando romper com o arbitrário). Esse traço não está livre do ciclo da produção, mas volta-se com potência à fantasia, ao desejo e ao fictício, construindo cadeias de sentidos que se adequam a uma das necessidades dessa época: a **visibilidade**. Um corpo construído para ser visto. A sociedade somatofila – defendida por Maffesoli⁴ – ancora-se no narcisismo que

4 Michel Maffesoli: sociólogo francês. Leciona na Sorbonne - Paris V, é diretor do Centro de Estudos sobre o Atual e o Quotidiano (CEAQ) e edita a revista *Sociétés*. Escreveu inúmeros livros importantes para a compreensão da mutabilidade social moderna e pós-moderna, como *A conquista do presente* (Rio de Janeiro: Rocco, 1984); *A contemplação do mundo* (Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1995); *A transfiguração do político: a tribalização do mundo* (Porto Alegre: Sulina, 1997); *Lógica da dominação* (Rio de Janeiro: Zahar, 1978); *Moderno e pós-moderno* (Rio de Janeiro: UERJ, 1994). A edição 162 da *IHU On-Line*, de 31-10-2005, publicou uma entrevista exclusiva com

fundamenta os valores cotidianos e é o articulador da representação do 'eu'. Paralelamente, ganham força o hedonismo, o presenteísmo, o sensualismo, tudo isso engendrando uma forma diferente de 'estar junto' e reforçando a exaltação do corpo.

A estética que atravessa a construção do corpo se reflete de diferentes modos no mundo contemporâneo, inclusive retratando-se em correntes como o *body building*, o *body modification* e inspirando a *body art*. A **estética da aparência** está ligada, hoje, afinal, a corpos que simulam o ideal, o perfeito, sendo que essa 'perfeição' está dada pelo social, pela ciência, pela economia, pela filosofia e disseminada na cultura. Não tem, portanto, um sentido unívoco. Ao mesmo tempo, a construção e a modificação do corpo é hipervalorizada por vias diversas, que vão desde a musculação, passando pela cirurgia plástica e pelos implantes, até chegar ao naturalismo e ao vegetarianismo. Refazer-se melhor, mais saudável, mais perfeito, mais belo: essa é a meta. Paradoxalmente, ao mesmo tempo que se multiplicam os corpos melhorados, mais saudáveis, mais jovens, mais esbeltos, multiplicam-se, também, os casos de obesidade, de anorexia, de bulimia, de vícios – drogas, fumo, álcool –, de depressão.

IHU On-Line – Que imaginários os corpos eletrônicos cinematográficos constroem?

Nísia Martins do Rosário – Defendo a tese de que os corpos no cinema assumam o imaginário tecnológico da tecnofobia. Por um lado, a mídia informativa mostra que a tecnologia e a ciência invadem a vida cotidiana. Entre as pautas estão: a cura de transtornos do pânico através de tratamentos que nos levam a realidades alternativas com o uso de avatares; chips implantados em nossos corpos que farão com que não envelheçamos mais; as palmas das mãos servirão como suportes físicos de computadores. Em tal cenário apresentado pela

Maffesoli sob o título *Culturas locais estão sendo revalorizadas*, disponível em <http://migre.me/69uJD>. Leia também *A política moderna não tem mais sentido*, disponível em <http://bit.ly/ihu230414>. (Nota da IHU On-Line)

mídia percebe-se uma ambiência de tecnofilia. As notícias se constroem num tom de descoberta, de inovação, de progresso, de salvação.

Por outro lado, no cinema o homem aparece como ser genial, criador do desenvolvimento e capaz de submeter a seu jugo o que está ao seu redor, mas é também subjugado à técnica e à tecnologia. Dessa maneira, é possível encontrar nos discursos do cinema de ficção científica sentidos de que a ciência pode ser sinônimo de melhorias, mas não necessariamente de evolução e de progresso. Basta ver filmes como o recente *Robocop* (2014); ou *Transformers* (2007); *Avatar* (2009); *Distrito 9* (2009); *Homem de Ferro* (2008); *Depois da Terra* (2003); *Gamer* (2009); *Substitutos* (2009); *Repo Men* (2010). Todas as histórias retratam a tecnocultura ao centrarem-se em temáticas que dizem respeito a algum tipo de progresso científico: a produção de inteligência artificial ou de órgãos humanos artificiais para transplante; a disponibilização de robôs para substituírem os humanos; a potencialização do homem pela máquina; a criação genética de um ser híbrido (humano/extraterrestre) que tem mais habilidades que os humanos; o controle de pessoas através da implantação de chips no sistema nervoso central. A humanidade precisa jogar olhares para o futuro com vistas a prever fatos e acontecimentos. De certa forma, é isso que os filmes de ficção científica tentam fazer: construir representações do futuro com base nas experiências de vida do presente.

IHU On-Line – Como tais produções cinematográficas do corpo colocam em causa as ideias iluminista e antropocêntrica do corpo?

Nísia Martins do Rosário – Conforme defendi anteriormente, as produções cinematográficas que envolvem a tecnocultura colocam em evidência os contextos de seus tempos. Atualmente, há quem defenda que nossa sociedade não é mais antropocêntrica, mas tecnocêntrica (e deixou para trás, há muito tempo, o teocentrismo). De qualquer forma, indo contra muitas posições, entendo que as questões da sociedade ainda se voltam para o humano, seja na

relação com o deus mítico ou com o deus máquina.

Percebe-se que os avanços tecnológicos que resultaram, também, no aperfeiçoamento das técnicas de comunicação, permitiram uma eficiência maior na representação do corpo no imaginário cinematográfico. Unindo som, imagens em movimento e efeitos especiais, o audiovisual revela-se capaz de simular uma “realidade” muito semelhante à realidade cotidiana e estimular a crença na ficção, colocando em ação os sentidos produzidos em torno das imagens sociais. Tais características posicionam o audiovisual entre as chamadas “tecnologias do imaginário”, que são os instrumentos de ficcionalização de que o homem dispõe para criar, interpretar ou traduzir textos que se originam num processo de significação estruturado sobre um conjunto de códigos partilhados social e midiaticamente.

Vale ressaltar que, ao mesmo tempo em que as tecnologias possibilitam que o imaginário seja atualizado, elas também induzem à construção do imaginário tecnológico. Logo, o audiovisual – e mais propriamente o cinema – não apenas materializa o que já está presente no imaginário acerca da relação do homem com a tecnologia, como também constrói significações a partir do que representa.

É preciso considerar também que, a partir do cinema e da literatura, as expressões da subjetividade humana se mostram de diversas formas, e com as questões da tecnocultura não seria diferente. Nesse contexto aparecem muitas criaturas que, de alguma forma, representam o humano e que muitas das vezes estão também atravessadas pelo maquínico, pelo digital. Tornam-se tão interessantes, provavelmente, pelo elemento artificial que trazem, se contrapondo ao elemento humano – corresponde à carne, ao pensamento, à subjetividade. Assim, seres como robôs, andróides, mutantes, avatares são a representação da alteridade humana, uma outra forma de significar os monstros, os *freaks*, o estranho.

Por outro lado, a modernidade, ao estabelecer dualidades para o pensamento, acabou por colocar em polos opostos conceitos e concepções que não podem ser pensadas separadamente. Assim, a dualidade hu-

mano e máquina – também expressa no pensamento clássico por alma e matéria e no marxismo por subjetivo e produção – forma dois polos que tendem a apagar-se na contemporaneidade devido aos novos rumos que assume o pensamento, sobretudo no que diz respeito às tecnologias do imaginário, à subjetividade e, logicamente, à relação homem/máquina. O atravessamento da vida pela tecnologia causa muitas inquietações acerca da subjetividade humana incorporada à máquina e que, do meu ponto de vista, estão bem expressas em um trecho do filme *Eu, robô* (2004).

Sempre existiram ‘fantasmas na máquina’. Trechos de códigos randômicos que se uniram para formar protocolos inesperados. De forma não antecipada, esses radicais livres elaboram perguntas sobre livre-arbítrio, criatividade e até mesmo a natureza daquilo que chamamos de alma. Por que será que, ao ficarem no escuro, eles procuram a luz? Por que será que, quando armazenado num lugar vazio eles se agrupam ao invés de ficarem sós? Como explicar tal comportamento? Segmentos randômicos de códigos? Ou é algo a mais? Quando um esquema de percepção se torna uma consciência? Quando calcular probabilidades começa a busca de verdade? Quando é que uma simulação de personalidade se torna o doloroso átomo de uma alma?

O que parece certo na contemporaneidade é que a tecnocultura e suas máquinas infocomunicacionais articulam transformações consideráveis no cotidiano humano, seja pelos dispositivos de produção de bens e de conteúdos, seja pelos dispositivos de produção de subjetividade.

IHU On-Line – De que forma as imagens do corpo eletrônico evoluíram no cinema? De que maneira as tecnologias foram se interconectando ao homem, migrando de uma perspectiva bem dualista em *Metrópolis* (1927) para as obras contemporâneas como *Transcendence – A Revolução* (2014)?

Nísia Martins do Rosário – Entendendo como corpos eletrônicos, de maneira sintética, os corpos apresen-

tados na televisão, no cinema e em produtos da internet em forma de imagens e que, portanto, são sempre signos, buscando dar significado às formas de expressão, ao imaginário, ao cotidiano, aos contextos culturais em que vivemos. Nesse sentido, o corpo eletrônico é produto da tecnologia e da possibilidade de reprodutibilidade do humano. Como produto, ele fica cada vez mais sofisticado em termos daquilo que pode representar e fazer em função do aparato técnico, ou seja, efeitos especiais, produções de maquiagem e figurino, etc. Ele nem precisa mais ter um referente materializado, precisa apenas das referências em linguagem algorítmica para se construir no ambiente digital.

Se, como afirma Bystrina⁵, o medo é a teleonomia mais forte da espécie humana, é relevante enfatizar que o cinema não o exclui, revela o que é comum desde o Iluminismo: o medo da ciência e das consequências que ela pode trazer. Mas, talvez, esteja implícito aí um receio mais essencial: o das ações humanas sobre a técnica. De qualquer forma, o cinema assume um papel de mediador da cultura, ao oferecer caminhos para dissipar esses temores através das histórias que conta, seja por meio de catarse ou de projeção. Assim, os discursos fílmicos, ao falarem do futuro e de todas as ansiedades relacionadas a ele, apresentam soluções, propiciam sentidos à vida e às vivências do próprio espectador no momento presente.

Nessa perspectiva, é possível entender que os contextos das épocas em que os filmes são criados e produzidos, bem como as bases tecnológicas existentes naqueles momentos, têm repercussão sobre a forma como o corpo e o imaginário sobre ele é construído e inserido na narrativa. Por isso, *Metrópolis* (1927) parte de visão crítica ao capitalismo e ao mecanicismo, em meio ao expressionismo alemão, e *Transcendence – A Revolução* (2014) aborda o poder da onipresença online e a des-

⁵ Ivan Bystrina (1924 - 2004): foi um semiótico tcheco formado em Direito, Filosofia e Ciências Políticas e Doutor pela Universidade de Praga. Lecionou também na Universidade de Moscou, Academia das Ciências da Tchecoslováquia, das Universidades de Heidelberg, Manheim, Bochum e da Universidade Livre de Berlim. (Nota da IHU On-Line)

corporificação do homem. É relevante que ambos – e muitos outros filmes entre esses dois – levantam questões éticas e questionam as possibilidades de as tecnologias serem nocivas ao humano. Não há mais, como outrora houve no cinema, a ideia da tecnologia como algo à parte do corpo humano, sendo objeto facilmente identificável pela distinção. A tecnologia, agora, está dentro do próprio homem, invisível, mas onipresente, já que a principal forma de domínio do homem sobre o artificial é a conexão mental.

Em complemento, pode-se dizer que o corpo eletrônico (tecnologizado) é um espelhamento do mundo que vivemos, da cultura, da sociedade, do imaginário. Mas, seja pelo brilho que a tela lhes concede ou pelo glamour do audiovisual, os sujeitos que aparecem na tela ganham um tipo de aura – que, claro, não é a mesma abordada por Walter Benjamin⁶ – que lhes empresta significadas (qualidades múltiplas de signos). Ver nas ruas, por exemplo, uma pessoa das telas causa um desajuste de compreensão inicial e, em seguida, obriga a uma reconstrução dos significados – por que o brilho se perdeu, o sujeito é mais baixo, ou tem menos cabelo, ou a pele é menos viçosa, entre outros. Os atores (apresentadores, etc.), em geral, decepcionam ‘ao natural’ porque o modo como as tecnologias nos afetam permite a impressão de que esses corpos (ao natural) estejam descorporizados ao saírem do ambiente eletrônico/digital.

Tendo em vista os traços do corpo audiovisual, é preciso considerar, em primeiro lugar, que ele perpassa de uma forma ou de outra o domínio do corpo quando este se torna objeto da imagem e/ou do áudio. Em segundo lugar, deve-se ter em mente que o corpo eletrônico é um texto virtual – se se entender esse termo como aquilo que existe em potência e tende a atualizar-se. É justamente

⁶ **Walter Benjamin** (1892-1940): filósofo alemão. Foi refugiado judeu e, diante da perspectiva de ser capturado pelos nazistas, preferiu o suicídio. Um dos principais pensadores da Escola de Frankfurt. Sobre Benjamin, confira a entrevista *Walter Benjamin e o império do instante*, concedida pelo filósofo espanhol José Antonio Zamora à **IHU On-Line** nº 313, disponível em <http://bit.ly/zamora313>. (Nota da **IHU On-Line**)

essa virtualidade que permite atualizá-lo com o auxílio da tecnologia de diferentes formas, multiplicando-o, ‘reencarnando-o’ em diferentes papéis e aparências. É assim, também, que o audiovisual pode usar o corpo como metáfora da sociedade, como recurso de dominação ou como possibilidade democratizante.

IHU On-Line – O que os corpos tecnoculturais dizem sobre a nossa sociedade? Que debates éticos estão implicados nas construções destas corporalidades?

Nísia Martins do Rosário – Muitas são as implicações éticas advindas da tecnocultura em relação ao corpo, duas delas estão colocadas na resposta à primeira pergunta, no que diz respeito à medicina e à comunicação. Por um lado, a tecnologia propicia tantos avanços e melhorias na vida cotidiana, por outro, há uma motivação mercadológica a ser questionada. A quem pertence o domínio técnico? Se os interesses técnicos e financeiros se sobrepõem aos progressos genéticos e cibernéticos, qual o preço a ser pago para ser parte da hegemonia? E o que é, afinal, ser humano?

Sem dúvida, o modo como esses corpos são construídos, significados, reproduzidos e imaginados, tanto no cotidiano como no audiovisual, está falando sobre a nossa sociedade, essa é uma das maneiras de expressar receios, expectativas, potencialidades, discordâncias, aquiescências, indiferenças.

A tecnocultura, sem dúvida, fortalece um estreitamento na relação homem-máquina e levanta muitos questionamentos éticos e morais. Mas, de certa forma, essa inquietação se estabeleceu desde que o homem percebeu que poderia valer-se de mecanismos capazes de amplificar a força e a rapidez muscular na execução de determinadas tarefas. Essa ligação passou por diversos estágios, seguindo numa linha evolutiva que traça, paralelamente, os usos que a humanidade deu para as máquinas, para o desenvolvimento da tecnologia e para as questões mitológicas que permeiam a cultura. Essa relação prosseguiu com a invenção dos dispositivos sensoriais – que já traziam em seus mecanismos certo nível de inteligência – visto que reproduziam sentidos

humanos em seu funcionamento, até o surgimento das máquinas cerebrais, que trouxeram consigo novos rumos para o envolvimento sociocultural.

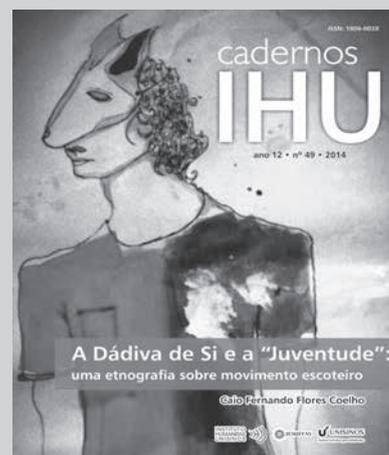
Toda essa problemática que envolve o homem, a máquina e a cultura não se deve tão somente às insatisfações surgidas das restrições mecânicas, tecnológicas e de aperfeiçoamento e aproveitamento dos aparelhos, mas também pela necessidade de superar as limitações que o homem percebeu acerca do próprio corpo.

IHU On-Line – O que há de mais humano nos corpos eletrônicos? Como são capazes de revelar a nossa própria (des)humanidade?

Nísia Martins do Rosário – Os corpos eletrônicos (tecnologizados) são sempre uma representação do humano e de sua subjetividade, podendo ser produzidos analógica, digital ou figurativamente; assim, deve-se ter em mente que ele é um texto virtual. Contudo, são criações feitas pelo humano (dos homens e mulheres que trabalham com audiovisual) e, nessa via, representam tanto as humanidades quanto os aspectos desumanos na nossa sociedade e cultura. O que os corpos eletrônicos têm de mais humano? A criação pelo humano.

É preciso levar em conta, entretanto, que para se tornar corpo eletrônico deve se submeter à linguagem, à técnica e ao discurso próprios das audiovisualidades. Em decorrência dessa premissa, o corpo eletrônico só tem existência nos domínios do audiovisual (delineados aqui pelos meios televisão, cinema e internet). São, portanto, os corpos representados por essas mídias e que, em função disso, adaptam-se às suas linguagens, tanto nos aspectos culturais quanto semânticos. O corpo eletrônico se constrói a partir de normas e regras próprias das técnicas e estéticas audiovisuais e habitam suas narrativas por meio de construções imaginárias que de alguma forma estão em potência no mundo “real”. Seu êxito é justamente unir aos padrões e ao léxico audiovisual as características do cotidiano, construindo a naturalização sobre o artifício. Assim, ele representa não apenas como interpretação pura, mas até mesmo como simulação eletrônica.

CONFIRA AS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU



ELAS ESTÃO DISPONÍVEIS NA PÁGINA ELETRÔNICA

WWW.IHU.UNISINOS.BR

Tema
de
Capa

Destques
da Semana

**IHU em
Revista**

Entrevista de Eventos

A vida nas interfaces das mutações tecnocientíficas e suas repercussões sobre a subjetividade

O professor doutor e pesquisador José Roque Junges debate o livro de Nikolas Rose *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century*

POR SUÉLEN FARIAS

“**N**o momento em que a biologia define a cidadania e a própria existência somática, o que isso significará para a saúde? A cultura somática da otimização e subjetivação da vida são base para a gradativa medicalização da saúde que faz crescer continuamente, nos manuais de diagnóstico, o rol das patologias pela inclusão de diferenças somáticas consideradas como não normais ou de pequenas disfunções biológicas ou psíquicas que não impossibilitam uma vida normal”, reflete o professor José Roque Junges ao discutir o livro, de Nikolas Rose na entrevista concedida à **IHU On-Line** por e-mail.

O pesquisador explica as cinco mutações científicas que possibilitam a governabilidade bipolítica da vida, baseado no livro de Rose: *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century* (New Jersey: Princenton University Press, 2007). Reflete, desta forma, sobre uma visão da vida que não é mais vitalista, mas genética e molecular.

Segundo o professor, Rose é um seguidor de Foucault no contexto anglo-saxão e isso é nítido em sua perspectiva da biopolítica. Junges ainda enfatiza que alguns podem não estar de acordo com essa perspectiva, preferindo um enfoque mais genealógico típico, como o de Agamben e Esposito. Porém a discussão sobre a biopolítica do ponto de vista de Rose é bastante pertinente para entender o atual contexto das biotecnologias. Por isso sua obra foi traduzida ao português pela editora Paulus em 2013 intitulada “A Política da própria Vida: Biomedicina, Poder e Subjetividade no Século XXI”.

A obra de Nikolas Rose será apresentada e discutida no dia 23 de setembro, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, em mais um pré-evento do *XIV Simpósio Internacional IHU. Revoluções Tecnocientíficas, Culturas, Indivíduos e Sociedades*, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU em outubro deste ano.

José Roque Junges é jesuíta, graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, possui mestrado em Teologia pela Pontifícia Universidad Católica de Chile e doutorado em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Itália. Tem experiência na área de Teologia, Filosofia e Ética, com ênfase em Bioética. Entre seus livros publicados citamos *Bioética: perspectivas e desafios* (São Leopoldo: Unisinos, 1999); *Ecologia e Criação: resposta cristã à crise ambiental* (São Paulo: Loyola 2001); *Ética ambiental* (São Leopoldo: Unisinos, 2004); e *Bioética: hermenêutica e casuística* (São Paulo: Loyola, 2006). Atualmente é professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Unisinos.

Saiba mais sobre Nikolas Rose, autor do livro *The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power and Subjectivity in the Twenty-First Century*, biólogo, psicólogo e sociólogo, que apresentará no dia 22-10-2014 a conferência *A biopolítica no século XXI: cidadania biológica e ética somática*. O evento faz parte da programação do *XIV Simpósio Internacional IHU*. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – De que trata o livro *The Politics of Life Itself: Bio-medicine, Power and Subjectivity in the Twenty-First Century*, de Nikolas Rose?

José Roque Junges – O autor é um seguidor de Foucault¹ que parte do conceito de Biopolítica, mas lhe dá uma perspectiva nova, porque explicita os novos campos aplicativos das pesquisas biotecnológicas como expressões atuais da biopolítica em nossos dias, apontando principalmente para uma nova compreensão de vida que já não é mais vitalista, mas molecular e genética e para as novas possibilidades que se abrem de melhorar e aperfeiçoar a vida. Nesse sentido não existe apenas um governo da vida como aparece nos primeiros sentidos dados à palavra biopoder em que a vida é um objeto do poder, mas a própria vida assume uma governa-

¹ **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte) situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Suas teorias sobre o saber, o poder e o sujeito romperam com as concepções modernas destes termos, motivo pelo qual é considerado por certos autores, contrariando a própria opinião de si mesmo, um pós-moderno. Seus primeiros trabalhos (*História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica*, *As Palavras e as Coisas*, *A Arqueologia do Saber*) seguem uma linha estruturalista, o que não impede que seja considerado geralmente como um pós-estruturalista devido a obras posteriores, como *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade*. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Em várias edições, a IHU On-Line dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 06-11-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon203>; edição 364, de 06-06-2011, intitulada '*História da loucura*' e o discurso racional em debate, disponível em <http://bit.ly/ihuon364>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon343>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <http://bit.ly/ihuon344>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em Formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault. Sua contribuição para a educação, a política e a ética*. (Nota da IHU On-Line)

“No momento em que a biologia define a cidadania e a própria existência somática, o que isso significará para a saúde?”

mentalidade biopolítica em que ela é sujeito.

Rose assume mais essa segunda perspectiva que já se encontra nas obras mais maduras de Foucault. Tendo presente a tri funcionalidade de toda ideologia apontada por Georges Dumézil² – a teológico – religiosa que instaura o poder como sagrado, a político-jurídica que inaugura o regime da lei, a econômica que configura a satisfação da constelação dos desejos – distinção que influenciou profundamente os autores que explicitaram o conceito de biopolítica. Pode-se dizer que Rose insere-se na terceira funcionalidade em que a biopolítica assume uma face econômica.

IHU On-Line – Quais pontos principais que o senhor abordará na palestra do dia 23 de setembro, o evento “Abrindo o Livro”?

José Roque Junges – Vou abordar as cinco mutações científicas, apontadas por Nikolas Rose, que possibilitam essa governamentalidade biopolítica da vida. A primeira grande revolução científica foi a molecularização da vida, cuja compreensão identifica a vida com mecanis-

mos biológicos ao nível molecular e não mais com energias e dinamismos vitais, explicação característica do vitalismo. A vida perde seu mistério, explicando-se por mecanismos moleculares de base genética. Com isso a vida não é mais puro fruto do acaso, mas pode ser controlada em seus mecanismos.

Essa constatação aponta para a segunda mutação científica que é a possibilidade da otimização da vida, isto é, o melhoramento das capacidades da vida, já que é possível intervir para corrigir disfunções genéticas que criam dificuldades para a vida e para aperfeiçoar os mecanismos que produzem a vida. Essa possibilidade de melhoramento torna a vida sujeito e não puro objeto, apontando para a terceira grande mutação científico-cultural que é a subjetivação da vida, que instaura a cidadania biológica, pois sua identidade é definida por critérios biológicos de inclusão e exclusão, inaugurando a necessidade de uma ética somática que defina esses critérios e oriente as intervenções genéticas necessárias para conformar-se a essa cidadania. Para esse aconselhamento são indispensáveis especialistas com expertise somática que possam orientar as condutas de governo da existência somática, como poderiam ser geneticistas, nutricionistas, endocrinologistas, educadores físicos, dermatologistas, bioeticistas etc. A necessidade de pessoas, procedimentos e produtos que possibilitem essa existência somática otimizada pela subjetivação da vida abre para uma última grande mutação que engloba as anteriores que é a inauguração da economia da vitalidade que se expressa como bioeconomia ou biocapitalismo, pois a vida adquire valor econômico de troca não apenas de uso. Por isso as grandes empresas biotecnológicas são as que têm mais valor de mercado, porque a vida se transformou num bem de troca de mercado. Aqui aparece claramente a terceira funcionalidade da biopolítica como ideologia – a econômica – seguindo a distinção de Dumézil.

² **DUMÉZIL G.** Mito y Epopeya. Volume I: La ideología de las tres funciones en las epopeyas de los pueblos indoeuropeos. Barcelona: Seix Barral, 1977. (Nota do entrevistado)

IHU On-Line – De que modo as cinco grandes mutações científico-culturais implicam no ponto de vista social?

José Roque Junges – É possível imaginar as suas consequências sobre a concepção e o cuidado da saúde e sobre a organização do próprio sistema de saúde. No momento em que a biologia define a cidadania e a própria existência somática o que isso significará para a saúde? A cultura somática da otimização e subjetivação da vida são base para a gradativa medicalização da saúde que faz crescer continuamente, nos manuais de diagnóstico, o rol das patologias pela inclusão de diferenças somáticas consideradas como não normais ou de pequenas disfunções biológicas ou psíquicas que não impossibilitam uma vida normal. Para cada uma dessas formas consideradas somática ou psiquicamente desviantes sempre existirá uma solução medicamentosa ou procedimental interventiva. Essa tendência alimenta a biologização e medicalização da saúde. O cuidado da saúde perde em autonomia, porque ela está sempre mais entregue aos experts responsáveis por uma existência somática otimizada e pretensamente subjetivada. Contudo Rose não chega a essa visão crítica da medicalização da vida.

IHU On-Line – Como o tema abordado por Nikolas Rose se insere na discussão do XIV Simpósio Internacional IHU e como pode contribuir para o debate da temática?

José Roque Junges – A análise de Nikolas Rose insere-se plenamente na discussão, tomando apenas os termos, usados para explicitar, no título, a temática do simpósio. A resposta à pergunta anterior demonstra isso. A obra de Rose explicita as mutações que foram ocasionadas pela revolução biotecnocientífica, quais são as consequências dessas mutações para cultura ao tratar da otimização e subjetivação da vida e como essa cultura somática afeta os indivíduos e as sociedades ao instaurar uma cidadania com características biológi-

“A vida perde seu mistério, explicando-se por mecanismos moleculares de base genética”

cas que exigirá uma ética e expertise para orientar as boas condutas de uma existência somática, inaugurando uma bioeconomia na qual a vida torna-se um bem de troca de mercado não apenas um valor de uso.

IHU On-Line – Qual foi a repercussão do livro?

José Roque Junges – Nikolas Rose, como um especialista e seguidor de Foucault no contexto anglo-saxão (ele é professor da London School of Economics and Political Science), assume uma perspectiva própria desse contexto em suas explicitações da biopolítica, diferente de autores do âmbito francês e italiano. Assume um enfoque analítico-pragmático da biopolítica. Por isso sua repercussão é maior no âmbito da cultura anglo-saxã.

Alguns podem não estar de acordo com essa perspectiva, preferindo um enfoque mais genealógico típico, por exemplo, de Agamben³ e

³ Giorgio Agamben (1942): filósofo italiano. É professor da *Facoltà di Design e arti della IUAV* (Veneza), onde ensina Estética, e do *College International de Philosophie* de Paris. Formado em Direito, foi professor da *Università di Macerata*, *Università di Verona* e da *New York University*, cargo ao qual renunciou em protesto à política do governo estadunidense. Sua produção centra-se nas relações entre filosofia, literatura, poesia e, fundamentalmente, política. Entre suas principais obras, estão *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002), *A linguagem e a morte* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005), *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006); *Estado de exceção* (São Paulo: Boitempo Editorial, 2007), *Estâncias - A palavra e o fantasma na cultura ocidental* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007) e *Profanações* (São Paulo:

Esposito,⁴ mas sua discussão sobre a biopolítica é muito pertinente para entender o atual contexto das biotecnologias. Por isso sua obra foi traduzida ao português pela editora Paulus em 2013 com o título *A Política da própria Vida: Biomedicina, Poder e Subjetividade no Século XXI*.

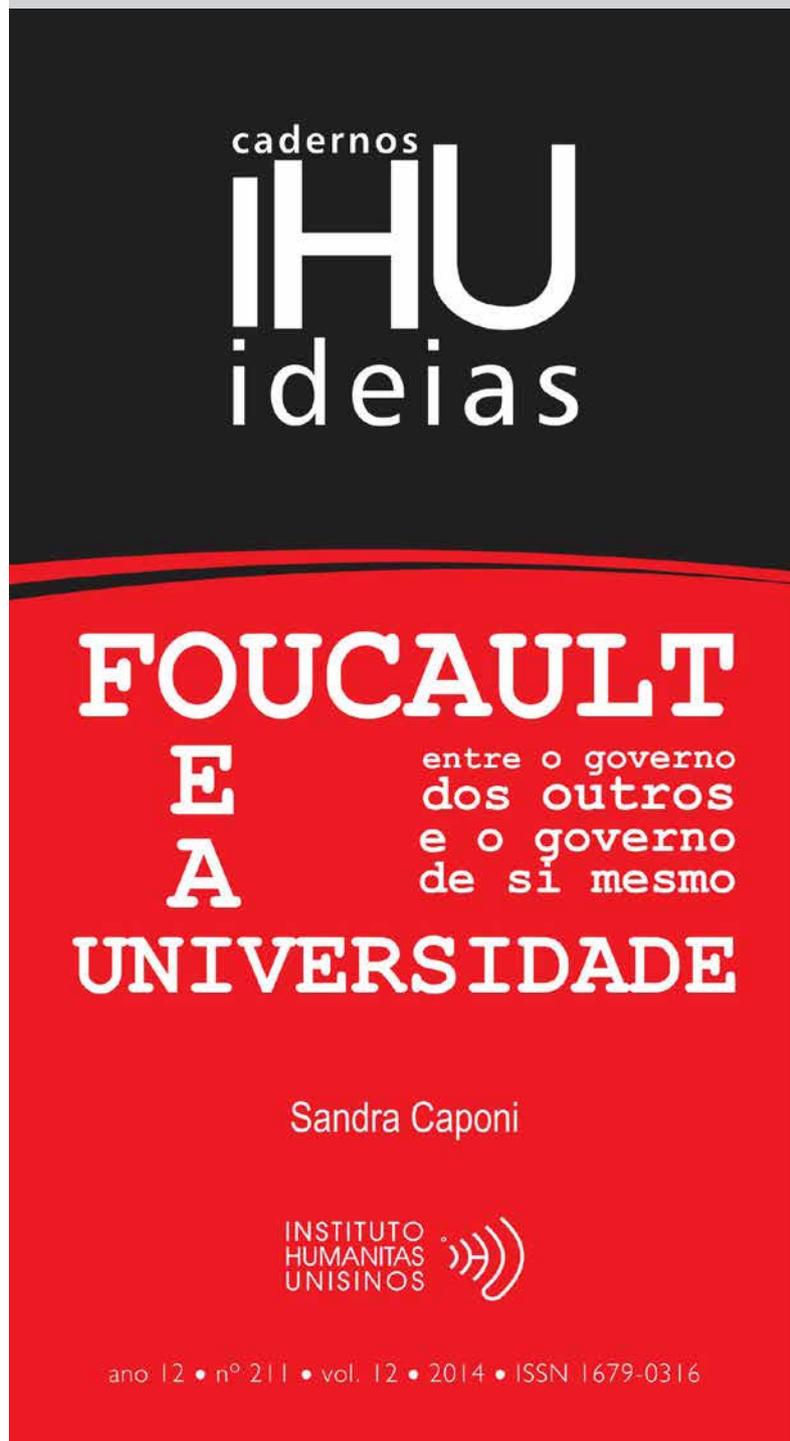
Leia mais...

- *O Concílio Vaticano II e a ética cristã na atualidade*. Entrevista com Roque Junges publicada na **IHU On-Line** 401, de 03-09-2012, disponível em <http://bit.ly/1tWdSME>;
- “Se o aborto é um problema, a sua solução não é o próprio aborto”. Entrevista com Roque Junges publicada na **IHU On-Line** 219, de 14-05-2007, disponível em <http://bit.ly/1qQLRU5>;
- *Agenciamentos imunitários e biopolíticos do direito à saúde*. Entrevista com Roque Junges publicada na **IHU On-Line** 344, de 21-09-2010, disponível em <http://bit.ly/1BG0Lju>;
- *Transformações recentes e perspectivas de futuro para a ética teológica*. Cadernos de **Teologia Pública**, edição 7, disponível em <http://bit.ly/1m5JBbK>.

Boitempo Editorial, 2007). Em 04-09-2007, o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU publicou a entrevista *Estado de exceção e biopolítica segundo Giorgio Agamben*, com o filósofo Jasson da Silva Martins, disponível em <http://bit.ly/jasson040907>. A edição 236 da **IHU On-Line**, de 17-09-2007, publicou a entrevista *Agamben e Heidegger: o âmbito originário de uma nova experiência, ética, política e direito*, com o filósofo Fabrício Carlos Zanin, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>. A edição 81 da publicação, de 27-10-2003, teve como tema de capa *O Estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna*, disponível para acesso em <http://bit.ly/ihuon81>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ Roberto Esposito: filósofo italiano, especialista em filosofia moral e política. De sua vasta produção bibliográfica, citamos *Pensiero vivente. Origine e attualità della filosofia italiana* (2010), *Bios. Biopolítica e filosofia* (2008), *L'origine della politica*. Hannah Arendt o Simone Weil? (1996). (Nota da **IHU On-Line**)

Publicação em destaque



Foucault e a Universidade: entre o governo dos outros e o governo de si mesmo

Cadernos IHU ideias, em sua 211ª edição, traz o debate sobre *Foucault e a Universidade: entre o governo dos outros e o governo de si mesmo*, sob autoria de Sandra Caponi, professora do Departamento de Sociologia e Ciências Políticas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Segundo ela: “Há trinta anos, no dia 25 de junho de 1984, morria Foucault. Esse filósofo, intelectual comprometido e professor universitário foi uma figura que certamente influenciou imensamente na formação intelectual e na educação político-sentimental de muitos de nós. Muito já se falou sobre Foucault e a educação, porém são poucas as páginas efetivamente dedicadas em seus livros a tematizar esta questão. Nada especificamente dedicado à educação universitária. Sabemos, no entanto, que a relação saber-poder, que mais tarde se transformará numa discussão sobre os espaços de verificação e sua relação com os diversos modos que adota a governamentalidade, será uma temática que retorna nos textos de Foucault. Se considerarmos que a universidade é hoje o espaço por excelência de construção, transmissão e consolidação de saberes e verdades: como pensar nesse marco definido por Foucault, a tarefa que nos cabe como

professores universitários? Uma rápida análise dos textos e cursos de Foucault, assim como um simples olhar para a história de sua prática concreta como docente, corrobora que a tarefa do professor não pode limitar-se ao exercício do governo sobre os outros, e que, pelo contrário, nos cabe, como aos filósofos clássicos, auxiliar nossos alunos na difícil tarefa de governar-se a si mesmos.”

Esta e outras edições dos **Cadernos IHU ideias** podem ser adquiridas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU ou solicitadas pelo endereço humanitas@unisinos.br. Informações pelo telefone 55 (51) 3590 8213.

Releia algumas das edições já publicadas da **IHU On-Line**.



Biocapitalismo e trabalho. Novas formas de exploração e novas possibilidades de emancipação

Edição 327 – Ano X – 03-05-2010

Disponível em <http://bit.ly/ihuon327>

A intenção desta edição é contribuir para uma análise das características peculiares da crise financeira do período, identificada como uma crise da globalização tal como a conhecemos, a partir e sob a perspectiva das mudanças do mundo do trabalho. O número foi inspirado pelo livro *Crise da economia global. Mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos*, em tradução livre (Verona: Ombre Corte/Uninomade, 2009), organizado por Andrea Fumagalli e Sando Mezzadra. Contribuem para a discussão Carlo Vercellone, Christian Marazzi, Federico Chicchi e Stefano Lucarelli, além da própria Andrea Fumagalli.

O capitalismo cognitivo e a financeirização da economia. Crise e horizontes

Edição 301 – Ano IX – 20-07-2009

Disponível em <http://bit.ly/ihuon301>

Em mais uma busca por compreender as implicações da Crise Econômica mundial de 2008, esta edição da **IHU On-Line** aborda os modos como a financeirização torna-se forma adequada e perversa de um sistema que se reproduz na captura do comum. “Comum”, neste sentido, é compreendido como algo que não existe *in natura*, mas que é continuamente produzido pela cooperação do trabalho/saber vivo. E o comum tem um duplo estatuto: é prática cooperativa de liberdade e igualdade, mas é também aquilo que é continuamente desfrutado pelo capital. Contribuem para a discussão Gigi Roggero, Carlo Vercellone, Christian Marazzi, Yann Moulier Boutang e Giuseppe Cocco.



O mundo desconhecido das nanotecnologias

Edição 120 – Ano IV – 25-10-2004

Disponível em <http://bit.ly/ihuon120>

No universo virtualmente invisível das nanotecnologias, onde as medidas são tratadas pela escala bilionésima do metro, é possível reconstruir tecidos, modificar a composição dos alimentos, intervir diretamente na saúde humana e na medicina. No entanto, como de praxe, os grandes grupos empresariais tendem a apropriar-se das novas tecnologias, à revelia de qualquer contribuição social. Para debater estas questões, esta edição da **IHU On-Line** convidou Ney Lemke, Paulo Roberto Martins e Edmilson Lopes.



| | |
|--|----|
| INDICE | 2 |
| EDITORIAL | 2 |
| MATERIA DE CAPA | 3 |
| “Pensar a célula como uma espécie de computador” | 3 |
| Entrevista com Ney Lemke | 3 |
| O debate da nanotecnologia exige a definição de um projeto estratégico para o País | 7 |
| Entrevista com Paulo Roberto Martins | 7 |
| A Ciência: Seu papel estratégico nas aplicações sobre nanotecnologia | 11 |
| Entrevista com Edmilson Lopes | 11 |
| DESTAQUES DA SEMANA | 14 |
| ARTIGOS DA SEMANA | 14 |
| O genótipo como desafio ético | 14 |
| Por Edmilson Nazzariello, MD | 14 |
| TEOLOGIA PÚBLICA | 16 |
| Tribunal de Chamilly para o século XXI | 16 |

IHU Ideias

Foucault além de Foucault: uma política da Filosofia



Prof. Dr. [Sandro Chignola](#) – Università di Padova – Itália
 Data: 25/09/2014 | Horário: 17h30min às 19h | Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Abrindo o Livro

A política da própria vida. Biomedicina, Poder e Subjetividade no Século XXI



Apresentação do livro
*The Politics of Life Itself:
 Biomedicine, Power, and
 Subjectivity in the Twenty-First
 Century, de Nikolas Rose*

Prof. Dr. [José Roque Junges](#) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
 Data: 23/09/2014 | Horário: das 17h às 19h | Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Territórios e Políticas Públicas



O IV Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos - Territórios e Políticas Públicas dá sequência à tematização de interesse de um coletivo de Observatórios comprometidos com a organização e democratização das informações, assim como com a afirmação de políticas públicas no contexto da sociedade e Estado contemporâneos. O evento ocorre nos dias 29 e 30 de setembro. Mais informações em <http://bit.ly/SemObserva>.

twitter.com/_ihu   bit.ly/iहुon

 youtube.com/iहुcomunica